



87ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

31 de janeiro de 2014 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Posse do novo Conselheiro (Suplente) – Representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Sr. JOSÉ ANTONIO CRUZ;
- II. Sugestões de inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Deliberação do Calendário de Reuniões de 2014;
- II. Apresentação e Deliberação do Relatório Anual de Atividades do FEM/CONFEMA;
- III. Apresentação do Orçamento para 2014.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Nós vamos tentar, este ano, começar no horário. Como nós já temos quórum, embora não tenha chegado, ainda, o representante da AMLURB, para fazer a apresentação, mas a dona Bianca já chegou, então nós vamos dar início. E também, os itens de posse, se o conselheiro chegar, a gente dá posse. Mas assim não atrasam os senhores que chegaram no horário. Bom dia a todos, daremos início à 87ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 31 de janeiro de 2014, 9h00. Pauta: Informes. Expediente: A posse do conselheiro, que deve estar chegando, deixaremos para mais tarde. Sugestões de inclusão de pauta: Algum conselheiro ou conselheira gostaria de...

Cons. Cristina: Bom dia. Eu solicitei, em dezembro, uma informação sobre a aplicação dos recursos que tinham sido aprovados na reunião de 2 de outubro, para o Grupo Cordeiro. Então, eu gostaria de incluir nessa pauta. Eu não sei se foi incluída na pauta de 18 de dezembro, mas acho que não. Então, eu queria que a gente tivesse essa informação hoje.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu formalizei, como eu disse antes da reunião, para a senhora, eu formalizei por e-mail, aos diretores do DEPLAN e do DEPAVE, que devem estar chegando, as informações, para que fossem passadas para a senhora oficialmente. Está bom?

Cons. Cristina: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ordem do dia: Deliberação do calendário de reuniões de 2014. Rubens, por favor.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Vocês já receberam a prévia do calendário por e-mail. Como de costume, as reuniões ordinárias são marcadas para a última sexta-feira do mês, e nós marcamos uma data no meio do mês para eventuais reuniões extraordinárias, então nós temos a partir de fevereiro, duas datas de reuniões por mês, porém, as datas do meio do mês se referem às possíveis extraordinárias, se houver necessidade. Não havendo necessidade, não haverá a reunião. E para as reuniões ordinárias, sempre com convocação, dentro do prazo regimental. Então para o mês de janeiro, é a reunião de hoje, do dia 31. Fevereiro, ficaria dia 14 e 28. Março, dia 14 e 28. Abril, dias 11 e 25. Maio, dia 9 e 30. Junho, dia 13 e 27. Essas datas do mês de junho estão marcadas, porém existe o calendário da Copa do Mundo, que se eventualmente tiver jogo do Brasil nessas datas, pode haver alguma alteração. Previamente, são essas datas, mas pode ocorrer alguma alteração em junho. Julho, dias 11 e 25. Agosto, dias 8 e 29. Setembro, dias 12 e 26. Outubro, dias 10 e 31. Novembro, dias 14 e 28. Dezembro, dias 12 e 19. No mês de dezembro também ficou com uma distância muito curta entre a possível extraordinária e a reunião ordinária, mas a extraordinária só vai ocorrer se houver alguma demanda muito urgente, então ficaria o dia 19 como data oficial da reunião ordinária. Perguntas, conselheiros se tem alguma observação com relação às datas? Conselheira Cristina.

Cons. Cristina: Essa extraordinária do dia 14 de fevereiro, cai na véspera do Carnaval. Sexta-feira, véspera de Carnaval. Altamente inconveniente... Do 28. Que não haja, que não seja feita. Porque é um dia em que o trânsito fica muito pior do que já é e muita gente já terá ido embora. Então, eu não acho uma data conveniente para essa reunião.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, essa data do dia 14, como ela está no meio do mês, ficou dia 14.

Cons. Cristina: Desculpa, é o 28.



Secretário Executivo Rubens Borges: Desculpa. Dia 28, não é?

Cons. Cristina: É, eu falei errado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, a gente pode, talvez, antecipar ou fazer uma sexta-feira... É que aí vai ficar muito próxima da data da extraordinária, mas se não tiver nenhuma objeção com relação ao restante do conselho, a gente antecipa do dia 28 para o dia 21. Seria 21 de fevereiro. Para que não fique três reuniões no mês de março, senão vai ser transferida para o mês de março.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Alguma manifestação dos conselheiros e das conselheiras?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, a de março fica antecipada para o dia 21 de fevereiro. Quer dizer, de fevereiro fica antecipada para o dia 21, desculpe. Mais alguma observação? Não? Então está aprovado o calendário, com a recomendação da conselheira Cristina.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só um parêntese. Chegou o novo conselheiro. Gostaria de dar posse ao suplente representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, senhor José Antônio Cruz, aqui presente. Dado a posse, seja bem-vindo. Eu peço uma salva de palmas. Com a palavra, o Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Segundo ponto de pauta é o relatório de atividades do CONFEMA, em 2013. Pela legislação, anualmente, este conselho faz o seu relatório de atividades e sendo aprovado aqui, no CONFEMA, ele é apresentado na primeira reunião do CADES, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente, e após essa apresentação ao CADES, o CADES também discute as diretrizes de utilização dos recursos para o FEMA, para o exercício de 2014. A primeira reunião do CADES, ainda não está com data definida, mas deve ocorrer em torno do dia 12 de fevereiro, a gente já está apresentando o relatório. Vocês já receberam o relatório na íntegra, e eu fiz só uma apresentação, resumindo, para não citar todas as resoluções, mas todos os conselheiros dispõem do relatório. Se algum conselheiro quiser alguma cópia do relatório nós temos, aqui, disponível para acompanhar. Quer? Você tem aí, Lurdinha? Tem um aqui também, se precisar. Tem aqui também. Então, atividades do FEMA e CONFEMA de 2013, foram realizadas 14 reuniões. Foram 10 reuniões ordinárias ao longo do ano, 4 extraordinárias. Esse conselho deliberou 133 resoluções ao longo do ano, deu uma média de 9,5 resoluções por reunião. Então alguns meses com muito mais do que 10 deliberações, outras com menos, mas na média, foi de 9 a 10 resoluções por reunião. Com relação aos projetos aprovados, nós tivemos, no início do ano dois projeto, ainda do edital 9, que foram votados e aprovados no exercício de 2013, e 131 projetos, ou processos apresentados pela administração, que foram aqueles que ocorreram ao logo do ano, de desapropriações, complementação de recursos de desapropriações, vigilância, manejo dos parques. Então nós tivemos um total de projetos apreciados - 133. Eles estão todos relacionados e detalhados na íntegra do relatório que vocês receberam, inclusive com seus valores. Em valores, nós aprovamos, em editais, e assinamos os convênios, no valor de R\$ 1.144.481,86, que é o valor dos convênios que nós firmamos ao longo de 2013. Não significa que esse recurso tenha sido todo gasto em 2013, porque os projetos ultrapassam o exercício, então parte desse recurso foi realizado em 2013 e parte será agora, em 2014. E do valor aprovado por este conselho, dos processos da administração, somadas às desapropriações mais os processos de manejo, que passaram por aqui, pelo conselho, deu um total de R\$ 140.812.479,20. O que nós temos para o exercício de 2014, já valores destinados, nós temos, do edital número 9, que são os projeto que assinaram convênio, que estão em andamento, existe um previsão de desembolso de R\$ 957.641,91. Valor destinado para o edital número 10, que foi aprovado no final de 2013



e que será publicado agora, no início de fevereiro, por deliberação deste conselho ficou provado R\$ 1.500.000,00 para custear os projetos. E para o edital número 11, o que estamos trabalhando de educação ambiental, restou do previsto no orçamento, R\$ 1.592.358,09. Isso dá um total de R\$ 4.150.000,00, que é o que nós temos aprovado no orçamento de 2014. A conselheira Bianca, depois, vai voltar nesse assunto, mas é assim: recursos destinados aos editais foram aprovados R\$ 4.150.000,00...

Cons. Alexandre: Aqui no relatório está: valor previsto para o edital número 11, em estudos, R\$ 3.000.000,00. Está diferente do...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade é assim, quando foi feito o relatório, nós tínhamos estimado três milhões porque era a proposta que a Secretaria tinha mandado para o governo, para a Câmara, como proposta de recursos disponíveis para editais. Na ocasião da aprovação do orçamento, houve alguns cortes, então foi aprovado um total de R\$ 4.150.000,00. Tirando o que nós temos aprovado do edital 10 e o que já tem comprometido dos convênios assinados, o que restou foi R\$ 1.592.000,00, destinados para o edital 11. Inclusive, na proposta inicial, nós tínhamos previsto um valor maior para eventuais pagamentos por serviços ambientais, que é uma perspectiva que a Secretaria tem já há algum tempo, então tinha outras coisas que estavam previstas, mas que por conta da aprovação do orçamento nesse valor, a gente teve que restringir só aos editais. Então o valor orçado para 2014 é R\$ 4.150.000,00 que é a somatória desses três itens.

Cons. Cristina: Rubens, você me dá licença. Você colocou aqui, este ano passado, a gente aprovou 140 milhões para demandas da Secretaria, da Administração.

Secretário Executivo Rubens Borges: Foi 108 dos processos de manejo, conservação e 31 milhões, aproximadamente, desapropriações.

Cons. Cristina: E 1,2 milhão aproximadamente para os editais. Como a gente poderia equilibrar essa disparidade? Quer dizer, Administração Pública continua usando o recurso do dinheiro numa proporção absolutamente díspar com relação a o que é permitido para a sociedade civil. O que sobra para a Sociedade Civil disso daí? E você me falou antes da reunião, alguém me falou que o orçamento da Secretaria, este ano é 400? É isso? Quanto que é?

Secretário Executivo Rubens Borges: Da secretaria é 200.

Cons. Cristina: Duzentos. Então, nós tiramos do fundo, praticamente, perto do orçamento total deste ano para custear ações que seriam de orçamento?

Secretário Executivo Rubens Borges: Talvez, a sua questão seja respondida quando a gente falar sobre o orçamento, que é o próximo ponto da pauta, do orçamento 2014 e aí a gente pode se aprofundar um pouco mais nessa questão. Mas para responder e não deixar passar em branco. Realmente, existe uma disparidade. Porém, a diferença que existe é que: quando a gente trata um edital, a gente tem que trabalhar o edital, elaborar, ver quais são as políticas que vão ser apoiadas com esse recursos, e isso leva um tempo. Tanto que a gente já está trabalhando desde o ano passado no de educação ambiental, por exemplo, para ver se a gente consegue lançar nesse ano, ainda. Então ele leva um tempo. Já as propostas que vem da administração já seguem um fluxo, então, como a gente estava tratando de contratos, eram contratos que já estavam em andamento ou contratos novos, mas que a licitação já tinha ocorrido, então esse tempo é muito mais curto e os valores são muito maiores. Porque a manutenção de um parque, por exemplo, é muito mais caro do que um projeto de educação ambiental. Então, essa



disparidade nos valores, se dá por conta do tipo de serviço e do tempo que se leva para elaborar um edital e publicar esse edital para colher os projetos.

Cons. Cristina: É, mas, por exemplo, ficou reservado para dois mil... vamos olhar os valores que estão aqui. Para o edital 9, oitocentos mil, setecentos e cinquenta...

Secretário Executivo Rubens Borges: Que é o que a gente já tem comprometido com os convênios em andamento.

Cons. Cristina: (incompreensível), O edital 10, 1,5, e para o novo edital, um e seiscentos. Então, na verdade, você já está congelando um valor muito baixo, perto do que, eventualmente a secretaria vá solicitar outros setores da Administração Pública, quer dizer, para o setor da sociedade civil está pouco. Isso que eu digo.

Secretário Executivo Rubens Borges: É que é assim, na dotação que eu tenho para os editais, porque o orçamento é dividido por dotações e cada um com uma especificidade. Eu não posso utilizar dinheiro de outra dotação para este fim. Então, para os editais, que é o que me permite destinar recursos, foi aprovado no orçamento, R\$ 4.150.000,00. Então, o valor que foi destinado para o edital 11, é a diferença entre os R\$ 4.150.000,00 que eu tenho disponível e aquilo que eu já tenho comprometido. Eu tenho R\$ 957 mil de convênios, R\$ 1,5 milhão que já foi aprovado para o edital 10, por esse conselho. Então, a diferença para os R\$ 4.150.000,00 é o que restou para o edital 11. Que nós tínhamos uma expectativa de que fosse R\$ 3 milhões, pelo menos.

Cons. Cristina: A Bianca vai explicar isso. Não é, Bianca?

Secretário Executivo Rubens Borges: A Bianca detalhar um pouco mais...

Cons. Cristina: Porque que sobra tão pouco para os editais com tanto dinheiro no Fundo. Hoje, qual o valor que tem no Fundo?

Secretário Executivo Rubens Borges: São R\$ 174 milhões, mas diluído em todas as dotações. Nesta dotação, eu tenho R\$ 4.150.000,00. Dos cento e setenta e quatro...

Cons. Cristina: Dos cento e setenta e quatro, nós temos quatro para os editais que a sociedade civil pode usar. O resto é a própria Administração Pública que vai usar?

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato. Eu acho que a Bianca vai poder detalhar um pouco mais, isso. Mas, em suma, é isso.

Cons. Cristina: Entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Existe um instrumento de gestão fixado pela política nacional de meio ambiente, que é o relatório de qualidade do meio ambiente. Todas as instituições pertencentes ao SISNAMA, que é o Sistema Nacional de Meio Ambiente, deve publicar anualmente, um relatório de qualidade do meio ambiente. A Secretaria publicou, em 2013, o RQMA, o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, por volta do mês de maio, mais ou menos. E nesse relatório de 2013, nós fizemos uma retrospectiva, desde o edital número 2, porque o edital número 1, embora tenha tido três projetos aprovados, os três de educação ambiental, e eles não constaram aqui porque, por algum motivo, os arquivos se perderam ao longo do tempo. E a gente está tentando, inclusive, recuperar. Mas de 2005 a 2009, até a publicação do edital 8. Porque o 9 não entrou porque não tínhamos, ainda, os convênios assinados. Então, nós temos aqui, separados por tema, por linha de apoio, então nós temos agricultura urbana, arborização, biodiversidade, coleta seletiva, desenvolvimento rural sustentável, educação



ambiental, recursos florestais, saneamento ambiental, saúde ambiental, sócio diversidade cultura e turismo sustentável. Essas foram as linhas de apoio, que ao longo de 2005 a 2009, o FEMA apoiou com recurso para financiamento de projetos. E a gente colocou o número de projetos de cada edital e um total geral. Então de agricultura urbana e **periurbana**, ao longo desse período, foram aprovados dez projetos, de arborização - um projeto, lá no total geral, de biodiversidade - seis projetos, coleta seletiva - três, desenvolvimento rural sustentável - quatro projetos, de educação ambiental - 65 projetos, de recursos florestais - cinco projetos, saneamento ambiental - um, saúde ambiental - um, sócio diversidade cultura - nove, e turismo sustentável - seis projetos. Em um total de 111 projetos até o edital número 8. O próprio relatório de qualidade de meio ambiente, nós colocamos a distribuição dos projetos por região da cidade. Isso também até o edital 8. Então nós tivemos 45%, desses 111 projetos, aplicados na região sul do município, 13% na região oeste, 5% na região norte, 15% na região leste e 22%, que foi classificado como várias, porque atende a mais de uma região do município. Então aqueles que abrangem mais de uma, ficou classificado como várias. Então são 22%.

Cons. Alexandre: Algum desses editais tinha um recorte geográfico específico, por exemplo, só a região sul, só o extremo sul, para que justifique essa...

Secretário Executivo Rubens Borges: Alguns dos editais foram canalizados para a área da região sul, que atuavam na APA Bororé-Colônia, e eles foram direcionados. A maior parte, os de educação ambiental foram em diversas regiões e boa parte deles, nesse várias, porque atinge mais de uma região do município, ficou dividido nessa proporção. Então, a gente pode perceber que a região sul foi contemplada com o maior número de projetos, mas tem também, motivos para isso. Primeiro, porque lá está concentrada a maior área de mananciais e era uma política da Secretaria, a defesa dos mananciais, e por ser uma região muito grande e muito carente também, principalmente no extremo sul da cidade. Por conta disso ela foi contemplada com um pouco mais de recursos. Esse relatório de qualidade é publicado pela Secretaria, mas se vocês observarem existem dados, principalmente do DECONT e do FEMA, que foi o foco do trabalho. Dos projetos assinados em 2013, nós temos aqui, a relação das instituições que assinaram o convênio conosco, então foi o Instituto Cinco Elementos, a Associação Aliança Libertária do Meio Ambiente, a Associação Pro Science, a Liga Solidária, Mudança de Cena, Observatório Ambiental e o Movimento Defesa do Favelado com dois projetos. Esse Movimento Defesa do Favelado, embora tenha assinado dois convênios, ele só deu início em um dos projetos porque o outro ainda tem um problema com o público alvo, da época da assinatura do convênio até agora, teve um problema com a instituição parceira, que eles iam trabalhar, que era um ONG parceira, e a presidente da ONG faleceu e não deu continuidade, então, por prudência, eles preferiram não dar a ordem de início, então não foi assinado nenhum recurso, ainda, para esse projeto, que é o capacitação e formação continuada, gerenciamento e logística, na região Itaquera-Itaim Paulista, que é esse último da relação. R\$ 113 mil. Bom, nós tivemos nas desapropriações, R\$ 31.798.619,13 aprovado e de manejo e conservação, R\$ 108.913.860,07, o que compõem os 140 milhões aprovados em propostas da administração. Aplicação programada par 2014, a gente tem que publicar por força da legislação, então isso vai ser publicado em Diário Oficial e embora esteja relacionado aqui, acho que a Bianca cai colocar quais são os itens e os valores destinados, porque isso aqui é o que está no orçamento. Então, compõem os R\$ 174 milhões que foram aprovados no orçamento de 2014, mas eu não vou me atear a esses detalhes porque senão eu vou entrar na seara da apresentação da Bianca. Então, eu só coloquei aqui, a título de informação, mas a Bianca vai detalhar esses números.

Cons. Cristina: Eu não entendi. Esse valor que a Bianca vai detalhar, vai sair do FEMA?



Secretário Executivo Rubens Borges: Porque esse aqui é o que está aprovado no orçamento.

Cons. Cristina: Está aprovado no orçamento...

Secretário Executivo Rubens Borges: De 2014, pela Câmara Municipal.

Cons. Cristina: Orçamento da Secretaria?

Secretário Executivo Rubens Borges: Do FEMA. Da Secretaria, mas as dotações do FEMA. As dotações da Secretaria, a Bianca, também vai detalhar.

Cons. Cristina: São outros duzentos?
Secretário Executivo Rubens Borges: Eu coloquei, aqui, só os valores do FEMA porque como é o relatório de atividades do FEMA, então eu coloquei só os valores do FEMA, que são 174 milhões, que é o que a gente tem aprovado para o Fundo. O restante do orçamento da Secretaria, a Bianca vai poder detalhar um pouco mais, e ela vai falar também desses valores. Bom. Calendário já foi...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Rubens. Poderia só voltar naquele gráfico da distribuição? Apenas um comentário, talvez para o próximo edital. Porque o de agricultura já tem isso bem recortado, mas para o de educação ambiental também, pensar em, assim como o de agricultura, pensar em estratégias de distribuição geográfica, mesmo. Considerando a questão da área de manancial, mas também, considerando a distribuição populacional. Porque se for pensar que a Zona Leste tem quase metade da população da cidade, a disparidade é evidente. E é uma região extremamente carente também, tanto quando a Zona Sul. Então, a disparidade e a distribuição de projetos...

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente pode colocar no edital, alguns mecanismos para poder dividir mais equanimemente esses projetos, e aí eu vou pedir para a Juli e para a Miriam, que vai acompanhar, para...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A conselheira Bianca que falar.

Cons. Bianca: Eu queria falar em relação à distribuição geográfica. Quando a gente teve que distribuir dinheiro para as Subprefeituras, a Leda, que é uma secretária e uma economista da USP, ela fez um índice que leva em consideração o tamanho da região, a vulnerabilidade da região e tamanho populacional. Esse índice está pronto, está com a Coordenadoria de Estudos Econômicos, se vocês quiserem é só pedir para a Ana Guerrini, que é a Coordenadora dos Estudos Econômicos, é só pedir isso. Só para a gente ter como referência o índice econômico, que leva em consideração a questão social. Aí, talvez, teria que colocar mais um índice, e se pedir ela faz, que eu sei que ela é muito legal, com relação ao tamanho das áreas verdes, que eu acho que é mais um fator para ser levado em conta na hora de fazer a distribuição geográfica dos recursos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Muito obrigado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom. Mais alguma dúvida? A gente concluiu os dados do relatório. Não? Então, a gente tem que colocar em votação porque ele tem que ser aprovado para que possa ser apresentado ao CADES na primeira reunião. Então, os conselheiros que aprovam o presente relatório, permaneçam como estão. Então ele está aprovado por unanimidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passaremos agora à apresentação do orçamento 2014, pela nossa conselheira Bianca.



Secretário Executivo Rubens Borges: Deixa só eu tirar o meu pen drive para você colocar o seu.

Cons. Bianca: Bom dia, gente. Posso iniciar a apresentação? Essa é uma apresentação da lei orçamentária anual, que é do orçamento que foi aprovado na Câmara. Então esse é o orçamento que está valendo. Eu vou explicar para vocês o que é LOA. LOA é uma lei, ou seja, tem que ser cumprida. É a Lei Orçamentária Anual, é um instrumento de gestão que tem dentro dela, as previsões dos aspectos financeiros e físicos, utilizando a lei de diretrizes orçamentárias, que já saiu, e utilizando aquilo que no Plano Plurianual. O Plano Plurianual, eu vou passar no próximo slide, é outro instrumento que eu vou explicar o que é, também. Então a LOA, assim como os outros instrumentos que eu tinha explicado para vocês naquela outra apresentação, é uma estimativa de quanto de receita a gente vai ter e o que a gente vai utilizar para gastar para continuar fazendo a manutenção da cidade. Levando em consideração os instrumentos de planejamento, que a gente usa, o programa de metas é um programa que quando você entra no Governo, você tem que entregar em três meses, tudo que você vai fazer durante o governo todo. Então. Vai de 2013 a 2016. Basicamente é plano que o prefeito fez na campanha eleitoral. São as promessas de campanha e as prioridades de recurso para resolver os problemas da cidade. O PPA é outro instrumento que, em 2013, a gente estava submetido à PPA anterior, que é um instrumento para responsabilidade fiscal, para ter uma continuação dos mandatos. Ele vai de 2014 a 2017. Todo ano são aprovadas as leis de diretrizes orçamentárias, que dá uma diretriz, quais são as prioridades do governo, e a LOA, que é Lei de Orçamento Anual, que diz o que a gente vai ter para o ano. E todo ano isso é publicado. O processo de elaboração da LOA é um processo descentralizado. Todas as secretarias dizem o quanto elas vão gastar. Relembrando que a Secretaria do Verde nos pediu por volta de R\$ 400 milhões, e vocês vão ver o quanto, diante da previsão receita que a gente tem, porque as despesas são infinitas e a receita é finita, então vocês vão ver o quanto eles receberam diante do ideal que seria para fazer a manutenção perfeita numa cidade perfeita. Então, a gente faz uma definição de parâmetros, a Secretaria de Finanças, que a gente tem um conselheiro, o **Deni**, de Finanças, que pode esclarecer qualquer dúvida, faz a estimativa da receita, a Secretaria do Planejamento verifica as despesas obrigatórias e as despesas das demandas da população via programa de metas, que são aquelas audiências todas, que a gente faz uma devolutiva depois da versão final participativa, com as mudanças que a gente verificou do instrumento que eram para ser adequadas. E também, tem a Secretaria de Negócios Jurídicos, que trata dos precatórios. Como eu disse, a elaboração é descentralizada, os órgãos fazem seu orçamento e leva para a SEMPLA, que faz o reajuste de acordo com a receita. A receita, na LOA, é o dinheiro que se prevê ter na prefeitura. Ela pode ser confirmada, superada ou pode ser inferior. O ano passado a gente tinha uma receita, uma previsão, de R\$ 50,7 bi, que logo no início do ano já demonstrou que não vai ser confirmada, que vai ser inferior. Quais são os problemas que a prefeitura está passando em relação à receita? Com o congelamento da tarifa... A gente gasta por volta de R\$ 2 bilhões de subsídio para manter o preço da tarifa. Com o congelamento da tarifa, a gente precisava fazer um reajuste desse valor para conseguir ter esse valor, para poder usar na prefeitura. A gente estava contando que esse dinheiro viesse do reajuste do IPTU, o que não aconteceu. Então a gente tem uma dimensão de receita, por conta do congelamento que não era previsto, então a gente tem um problema financeiro de R\$ 2 bi, por conta disso. Além disso, a gente tinha uma previsão de diminuir os nossos custos, que era a negociação da dívida pública municipal com a União, que era para ser aprovado, mas que não aconteceu. Era uma lei que, principalmente, ia beneficiar a cidade de São Paulo, e os precatórios, que são aquelas "dívida de particulares". Tipo, alguém entra com processo contra a prefeitura... Alguém tem mais algum exemplo de Precatório? São dívidas que são para particulares...



ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desapropriações que não foram pagas, eventualmente ajustes salariais que não foram devidamente repassados (incompreensível). O básico é isso. Ou é dívida de desapropriação que não foi paga, a maioria, hoje, é dívida de **executores**, mesmo. (incompreensível)

Cons. Bianca: Trabalhistas? Por isso é tão importante a gente aprovar os aditivos quando o FEMA se propõe a desapropriar uma área. Fazer o processo inteiro para não virar precatório. E esse valor é grande. A gente tinha também uma perspectiva de ter uma renegociação disso, o que, também, não aconteceu. Então a gente está com problemas consideráveis em relação à receita e às despesas. Em relação às despesas, a gente fixa as despesas. Todas as despesas de atividade, que é aquilo que a gente falou para vocês, que é a manutenção, custeio das coisas, e os projetos - que são investimentos, despesas de capital, são orçadas dentro das ações orçamentárias. Cada ação orçamentária é orçada dentro da sua unidade orçamentária. Essa unidade orçamentária pode ter várias unidades orçamentárias dentro de uma secretaria ou uma só. No caso da Secretaria do Meio Ambiente, não sei se ele tem mais uma unidade orçamentária, mas o FEMA é uma unidade orçamentária, então tem orçamento próprio. Aqui eu dei exemplo de uma ação. Então, o órgão, que também pode ser chamada de unidade orçamentária, é a Secretaria do Verde, cada ação tem um código de quatro dígitos, no caso aqui é 2100, a descrição da ação é o nome dela para a gente entender, e ela foi, atualmente, adequada para uma tentativa de que qualquer pessoa consiga entender do que se trata aquela ação. Tanto é que ela teve toda uma reestruturação, que vai deixar o pessoal das Finanças louco, porque agora vai ter que achar em que ação que se coloca as coisas. E aqui tem o que foi aprovado pela Câmara, que para a administração da unidade que, no caso, é basicamente, folha de pagamento e tem auxílio, tem outras coisas aí no meio, é R\$ 70 milhões, considerando que só para a folha de pagamento é 51. Lembrando que o total aprovado pela LOA, daqueles 400 milhões que eles pediram, a gente só conseguiu dar para eles, 207. Só para retomar, o Fundo Especial do Meio Ambiente tem as receitas que ele recebe é termo de compensação ambiental, multas por falta de inspeção veicular, crédito de carbono e algumas outras receitas correntes menores, que estão diluídas dentro dele. Lembrando que, ao contrário da fonte 00, que é a fonte que a prefeitura recebe diretamente, que é aquilo ela arrecada, que são os impostos, o FEMA não foi afetado por essas questões do IPTU, da dívida pública e do precatório. Porém, é afetado, talvez, com outra questão, que a inspeção veicular mudou alguns parâmetros, primeiro foi suspenso... E na verdade, isso aqui são multas para quem não faz. Então, como teve uma suspensão da inspeção veicular, a gente, talvez, tenha algum efeito, mas a gente não qual, ainda, mas não é afetado de acordo com o que a prefeitura está levando em conta, que é o IPTU e as dívidas. O FEMA é uma unidade orçamentária própria, número 94, ela está vinculada à SVMA, então é a SVMA que cuida dela. Dentro das ações orçamentárias disponíveis para 2014, a gente tem: educação ambiental, implantação de viveiros, ecopontos, parques e unidades de conservação, projetos ambientais, vias cicláveis... Lembrando que vias cicláveis, na Secretaria de Transportes, era fonte 00. Como cortou tudo que era fonte 00, o único recurso que tem hoje, na prefeitura, para 2014, de vias cicláveis, toda via ciclável que for construída na prefeitura só vai ter dinheiro no FEMA. Não tem nenhum outro recurso que você possa tirar. Reformas e adequações de parques, unidades de conservação e operação e manutenção e conservação de parques. Aqui a gente tem a famigerada tabela, com todas as ações e seus orçamentos. Está dando para enxergar?

Cons. Alexandre: Mais ou menos...

Cons. Bianca: Na sala estava bem melhor, não é? Na sala estava diferente. Se não der para enxergar vai... Enfim... Acho que não dá para ampliar. Mas, eu vou dar uma explicada, o que eu a gente tem aqui. Aqui, na primeira parte do quadro, a gente tem a



LOA de 2014... Tem como abrir? Pode até ficar um pouco distorcido, porque eu acho que distorcido ainda dá para ler. Pequeno é que não dá. Nossa melhorou bastante.

Cons. Alexandre: Bem melhor.

Cons. Bianca: O Deni já viu esse quadro, na verdade. Mas o que a gente tem aqui, na primeira parte do quadro, é a LOA da Secretaria. Em baixo, é a LOA da FEMA. Então, a Secretaria, tem toda, uma quantidade imensamente maior de ações do que o FEMA, e para a secretaria, a gente tem por volta de 206 milhões. Sendo que no FEMA tem 174 milhões. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, são dinheiros separados. Aquilo ali é tesouro, maior parte é tesouro, tudo fonte 00, e aqui, são as arrecadações do FEMA. São coisas completamente separadas. Então, a gente tem a administração da unidade, e, hoje, a gente tem um novo instrumento, a SEMPLA fez um novo instrumento, chamado Detalhamento da Ação. É uma descrição mais detalhada daquilo que a ação fazia. Muitas vezes pode ser repetida, quando são coisas que não tem porque ser detalhado, mas a maioria tem coisas dentro dela que é interessante, para as pessoas que verem saber para onde vai cada coisa. Então a gente tem administração das unidades - 70 milhões. Manutenção e sistema de informações - 2 milhões. Operação e manutenção de centros de manejo de faunas tem 2 milhões e pouquinho. Apoio a ações ambientais não tem quase nada, tem 647 mil. Fiscalização e monitoramento ambiental - 1 milhão. Inspeção ambiental veicular, a secretaria gasta 60 milhões com a inspeção veicular, que depois o FEMA arrecada. Mas a gente está gastando dinheiro, aqui. A gente não está recebendo dinheiro. Quer comentar agora?

Jairo: Jairo Galera, da Administração e Finanças. Desses 60 milhões, para vocês entenderem, nós estamos com o contrato da Controlar suspenso a partir de hoje, a não vai ter mais. A Secretaria está com o edital, já pronto, está sendo analisado por SJ, para colocar na praça a contratação de empresas para a execução desse serviço. Na realidade esses 60 milhões, não é só isso. Nós estamos pedindo à Secretaria de Planejamento, mais 70 milhões, porque o custo dessa contratação chegará a 120 milhões este ano. Então, esse 60 milhões, que não são 60, hoje são 50 milhões, porque já tem alguma coisa congelada. Nós pedimos à Secretaria de Planejamento mais 70 milhões para complementar e fazer a reserva para por o processo na praça, se possível, até segunda-feira. Porque, até então nós estamos sem inspeção veicular. A arrecadação deverá diminuir, em princípio, mas até junho, julho no máximo, o sistema deverá estar em funcionamento, novamente. Este ano nós vamos ter um aperto, para as inspeções, porque até 31/12 nós vamos ter que fazer toda a de 2014. Mas os recursos, provavelmente, irão entrar por conta das inspeções. Eu não digo que entre 120 milhões, mas acredito que 80, 90% desses recursos deverão estar de volta aos cofres, através de pagamentos das inspeções. As multas, que a Bianca falou, deverão diminuir um pouco também. Porém, quem está multado não vai ficar isento de pagar a multa. Ele vai ter que pagar para licenciar o veículo dele, sim. O DETRAN está com a orientação, que deve sair hoje ou... Amanhã deve sair alguma coisa para vocês. Mas a orientação que foi passada ao DETRAN é o seguinte: licenciar todos os veículos da cidade de São Paulo, independente de Controlar, inspeção veicular ou não. Porém, aqueles que estão multados terão que pagar as multas para obter o licenciamento, sim.

Cons. Cristina: Posso te fazer uma pergunta? Hoje saiu no jornal... Tem saído sempre. Mas hoje saiu uma informação que confirma outras anteriores, que vai diminuir a frota que terá que ser submetida à inspeção veicular. Portanto, o custo tende diminuir. Você está dizendo que tinha 60, que são 50 mais 70... Mesmo diminuindo a frota que vai ter que fazer a inspeção. Qual é a mágica?

Jairo: Na realidade, não há mágica nenhuma. A frota, por conta da legislação nova, vai ter uma diminuição, talvez, de 10 a 20%, mas isso é irrelevante no que vai ser arrecadado no total. Essa arrecadação que vai ser feita, todos os veículos vão ter que



fazer a inspeção, e nós vamos pagar para as empresas, somente as inspeções efetuadas. Então as empresas que vão fazer o sistema de inspeção veicular serão pagos por inspeção realizada.

Cons. Cristina: Mas todos vão fazer?

Jairo: Todos vão fazer. Por conta do decreto novo, carros 2014, 13 e 12, se não me engano, não há necessidade. De 2011 para trás ou 2010 para trás, durante nove anos, vai fazer ano sim, ano não. Deverá haver uma redução de, talvez, 20% dos que já fazem hoje, já que a redução nossa... A frota registrada no município de São Paulo, é perto de 7 milhões de veículos. Tem feito regularmente, a inspeção veicular, uma média de três milhões por ano. Então, a gente está calculando uns 2.800 ou 2.900, que deverão fazer de qualquer forma. Então, desses 2.800, 2.900, há um custo de R\$ 40,86 que a gente está prevendo, que cada um deverá pagar, que deve sair no edital, isso dá os 120 milhões de receita e pagamento, porque, na realidade, isso vai entrar no cofre municipal, mas vai sair do outra forma, porque vai pagar as empresas que estão executando. Não vai ser mais pago direto à empresa, que nem a Controlar fazia. Você, para fazer a inspeção até agora, você paga, e esse dinheiro vai para a Controlar. Agora não. Agora vai entrar nos cofres do município e o município vai pagar a empresa por inspeções efetuadas.

Cons. Cristina: Desculpa, eu sou péssima com essa questão de orçamento. Então, aonde vão os 120 que vocês estavam pedindo? Se vocês vão ter uma receita de 130 para pagar...

Jairo: Não. Talvez, nós tenhamos os 120 ou talvez um pouco menos. Nós vamos pagar 120 para as empresas que estão fazendo o serviço para nós.

Cons. Cristina: Mas você vai ter de receita, dos proprietários...

Jairo: Provavelmente uns 80, 90% disso que está sendo desembolsado. A Prefeitura vai acabar pagando uma parte, realmente...

Cons. Cristina: Uma parte, mas não 120?

Jairo: Não.

Cons. Bianca: Então a gente vai ter de inspeção veicular, um gasto previsto de 60 milhões. Operação manutenção de hospital veterinário de cães e gatos - 10 milhões. Educação ambiental, a gente já consegue ver o uso do DA, nós temos atividades de sensibilização de educação ambiental e cultura de paz - 530 mil. Operação e manutenção das escolas-estufas - 200 mil. E quatro polos de educação ambiental - 120 mil. Na operação manutenção de conservação dos parques, a gente tem 50 milhões. Então isso é importante para a gente porque desses 50 milhões, o que o Verde não consegue bancar, a gente aprovou o ano passado, o que não tiver dinheiro nessa dotação, a gente usa para o FEMA. Não sei se vocês se recordam. Então é importante esse dado: nós temos 50 milhões. O que é considerável, dentro do orçamento do Verde. Manutenção de árvores consolidadas, 3 milhões. Operação manutenção dos viveiros, 5. Reforma e readequação de parques, nós temos um... Quando aparece só mil, quer dizer que para você fechar uma dotação orçamentária e abrir, você consegue fazer isso somente através de lei, então quando você vê um valor de mil, é porque, na verdade, ela não está sendo usada, mas se você colocar zerada, ela sai. Então, toda vez que vocês virem mil: Gastaram só mil, com isso? Não. Não é isso. E que, na verdade, não gastaram nada, mas a gente deixa mil. É importante saber isso. Implantação de hospital veterinário, 1,5 milhão. Recuperação de áreas degradadas, a gente tem mil também. Implantação de projeto



ambiental, a gente tem mil também. Tudo isso aqui, é fonte 00. Devido àqueles problemas do IPTU, a gente, realmente, não tem dinheiro, então foram feitas esse cortes de acordo com as prioridades. Em relação ao FEMA, que é outra fonte, que vem dinheiro de outro lugar, a gente tem apoio a ações ambientais - 5 milhões. Educação ambiental, a gente tem 28 polos de educação ambiental a 840 mil, que é um valor bem baixo, inclusive, mas foi o que foi orçado pelo pessoal da UMAPAZ. Atividade de sensibilização e educação ambiental e cultura de paz - 10 mil também, foi o que eles tinham calculado de despesa. Operação manutenção e conservação de parques, a gente tem 66 milhões. Então percebam que foi distribuído igualmente. Implantação de ciclovias, a gente tem 10 milhões. Implantação de ecopontos, 12. Reformas e adequação de parque - 52. Serão 34 parques reformados. Que isso é função do FEMA mesmo. Já que a gente abre os parques, é dinheiro de investimento isso. Não é de manutenção. Só lembrando que reforma e readequação é investimento. Implantação de projetos ambientais, nós temos plantio de muda - 6 milhões. Implantação de projetos ambientais - 16. Implantações de central de triagem automática - 10. Implantação de viveiros, a gente tem 100 mil. Implantação de parques - 4 milhões. Até porque, se a gente abrir mais parque, a gente não tem dinheiro de fazer custeio dessas coisas. É inviável construir mais parques atualmente, apesar de ser uma necessidade da população, vocês podem perceber, pelo dinheiro que nós temos, que a gente não tem, é muito oneroso fazer a manutenção disso. Então não faz sentido abrir mais parque, se a gente não consegue dar conta daquilo que a gente já tem. Então essa é uma tabela bem importante.

Cons. Alexandre: A dotação dos editais, estaria ali, em implantação de projetos ambientais? Não. Apoio a ações ambientais. Entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Os editais, estão previstos em ações ambientais, que consta 5 milhões. Vocês lembram que eu coloquei, na minha apresentação, quatro milhões e cento e cinquenta. Quatro milhões e cento e cinquenta mil é o valor que nós temos disponível para firmar os convênios. A diferença: são encargos, material permanente, material de consumo, e outros serviços que não dá para destinar esse recurso para os editais. Então dá uma diferença entre os quatro milhões e cento e cinquenta que eu tinha colocado na minha apresentação e o cinco milhões que está orçado, mas é por conta dessas outras destinações.

Cons. Bianca: Eu só queria responder. Eu lembro que foi destinado, desses 16 milhões da implantação de projetos ambientais, também foi destinado a alguma coisa, mais específico que isso. Mas se não me engano, conversei com o Pedro, ele disse que também poderia disponibilizar para editais. Então, esse valor de cinco milhões é negociável. Dá para fazer suplementação, dá para fazer outras coisas. A questão maior é que, eu vou mostrar mais um gráfico mais para frente, é que a gente não tem... A arrecadação do FEMA tem sido muito grade e a capacidade de gastar o dinheiro tem sido pequena. Foi por isso que foi mandado para a PGM a questão da manutenção, porque a fonte 00 estava completamente sufocada e o FEMA estava acumulando um valor de dinheiro, um superávit absurdo. Como tratam de questões ambientais, são todas vinculadas, então você tem muita dificuldade de conseguir gastar o dinheiro. Só pode gastar o dinheiro com isso, só pode gastar o dinheiro naquilo. É por isso que é só cinco para edital... Porque é tudo vinculado. Entra de um jeito e tem que ser gasto de um jeito específico, que são os TCAs, que só podem ser gasto dentro da bacia hidrográfica do projeto, que é da lei dos SNUCs. Então, a gente está submetido a uma série de leis federais que não permite com que a gente consiga gastar esse dinheiro de uma forma de conseguir fazer uma gestão ambiental na cidade. Por isso que foi feita esse uso, já que com o dinheiro do FEMA fez-se um investimento razoável na implantação de parques, em minha opinião irresponsável, que agora a gente tem que arcar com essa questão.



Cons. Cristina: Dá licença, Bianca. Tem várias ações aí, que se repetem. Quer dizer, estão atribuídas ao orçamento e estão, também, atribuídas ao FEMA. Todos aqueles projetos que foram aprovados o ano passado eram com a verba disponível no FEMA, o ano passado? Ou está embutida, também, nesse orçamento deste ano? Parte está aqui. Então, o ano passado nós aprovamos projetos, fazendo uma projeção que ainda não estava nem feita, do orçamento do FEMA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim. Na verdade, o que nós fizemos... Vocês lembram que nós fizemos... Alguns processos vieram duas vezes. Uma porque nós aprovamos até 31/12, que era recurso que estava disponível no orçamento e a gente poderia ter utilizado. E depois, nós reapresentamos os projetos, até a pedido do departamento de Administração e Finanças, para que nós pudéssemos ter recursos, pelo menos até abril, para ter um fôlego e saber como seria aprovado o orçamento de 2014. Então nós comprometemos parte dos recursos que estaria previstos no orçamento para este ano, mas o dinheiro estava na conta. Embora nós não tivéssemos o orçamento aprovado, o recurso estava depositado na conta. O recurso financeiro, o dinheiro está lá. Então, nós comprometemos parte dele até sair o novo orçamento. Hoje, que nós temos essa visão de como foi aprovado o orçamento, a gente vai ter uma estimativa de quanto que a gente vai ter de recurso disponível para utilizar ao longo do ano. E algumas ações se repetem no FEMA e na Secretaria porque o recurso da Secretaria não era suficiente. Então a Secretaria de Planejamento teve que prever essas ações, também no FEMA, para complementar os recursos necessários para execução dos serviços.

Cons. Cristina: Então eu queria reiterar um questionamento do que... Primeiro, Bianca, porque você falou que em outras Secretarias zeraram o 00, tiraram o 00? Só o FEMA tem dinheiro. Porque isso? Porque só o FEMA tem dinheiro e as outras Secretarias não tem? Segundo, eu solicito novamente, formalmente, Luis, a informação onde foi aplicado o dinheiro que foi aprovado o ano passado. Eu quero detalhamento disso. Porque a gente não está vendo. Eu já falei com o Persolli, devo receber essa discriminação, não é, Persolli? Mas o ano passado nós passamos o período todo aprovando projetos, com pressa, foi uma urgência desesperada, para caber no ano. Porque tinha que ser aprovada no ano, mas a gente não viu, fora uma ou outra renovação de contrato de manejo... Aí está falando manutenção de parques... Qual o item, lá em cima? Operação, manutenção e conservação de parques. E tem um item, além disso, que é reforma e adequação de parques. Nós aprovamos um monte de dinheiro para essas duas coisas que estão aqui, no orçamento. E a gente não tem uma prestação de contas da própria Secretaria, onde isso foi aplicado. Eu já pedi, antecipadamente, para incluir na pauta, que a gente quer saber, especificamente, a verba do Grupo Cordeiro, que a gente não tem nenhuma prestação de conta, a gente não sabe onde foi, sendo que o Grupo do Cordeiro tem dois parques que não existem, o parque do Alto da Boa Vista e o Chuvisco. Então, eu quero reiterar essa solicitação. O conselho precisa saber o que já foi gasto, quanto que ainda vai ser gasto, e quanto do que foi aprovado ao ano passado já foi investido.

Cons. Bianca: Você falou em relação a reformas e adequação de parques. Reformas e adequação de parques não têm absolutamente nada a ver com conservação e manutenção de área.

Cons. Cristina: Eu sei. Eu entendo que não tem nada a ver.

Cons. Bianca: A gente não fez reforma e adequação de parque. Acho que, a gente fez um ou dois, mas foi...

Cons. Cristina: Foi aprovado, sim. Teve aprovação para reforma de parque.

Cons. Bianca: Mas não está naquele bolo.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Cristina. Desculpa, Bianca. Nós vamos fazer o seguinte. Só a Bianca terminar a parte dela, eu acho que o Galera tem a parte dos contratos e manejo, vai mostrar. E depois, como havia sido solicitado e eu falei, nós estamos com o Evandro, o diretor da DEPAVE, e o Milton do DEPAVE, para dar as informações do parque do Cordeiro. Bianca, por gentileza.

Cons. Bianca: Só para esclarecer o que a Cristina falou. Que é relativamente tranquilo conseguir fazer esse relatório de quanto a gente gastou em cada ação. Se você quiser, depois eu posso apresentar. É que como eu sou da SEMPLA, fico me intrometendo todo o tempo no assunto deles. Na verdade é isso que eu sou, uma grande intrometida. Mas é tranquilo ver o quanto que... Mas a gente consegue ver por ação, que é esse daqui. Esse sistema é um sistema novo que só vai sair no balanço de janeiro do ano que vem. Então, a gente não tem essa discriminação detalhada. Inclusive, esses 34 parques do FEMA, com o novo detalhamento, a gente tem quais são os 34. A gente tem toda essa preocupação com o detalhamento, mais para investimento do que para manutenção.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Tem porque é meta, não? Tem os 34 porque é meta. Estava dentro da meta.

Cons. Bianca: Não só. A maioria dos investimentos... Os 28 polos... A gente tem bastante coisa detalhada. Por exemplo, aqui, educação ambiental. Escola estufa não é meta, mas está detalhado. Tem bastante coisa. Na verdade, é mais uma política de transparência, como essa que eu estou fazendo agora, de detalhar, explicar, ter toda essa preocupação, porque o funcionamento dos outros fundo não é dessa maneira. Difícilmente você vai conseguir uma explicação dessa. Inclusive, eu queria falar uma coisa para vocês, que esse é um dos fundos mais comprometidos que tem na prefeitura. Eu trabalho com outros fundos e não existe ambiente como esse.

Cons. Alexandre: Em relação a essa dotação do implantação de projetos ambientais, que tem 16 milhões. Tem o detalhamento disso também?

Cons. Bianca: Não porque não tem nada previsto, ainda, mas a gente pode abrir, durante o ano, DAs. A gente pode abrir DAs, se vocês quiserem detalhar coisas específicas...

Cons. Alexandre: DAs?

Cons. Bianca: Detalhamento de Ação. Perdão. É que vira tudo sigla. Mas detalhamento de ação pode ser aberto. Como é um mecanismo novo, a gente vai se adequar. Há muitas demandas, mas a ideia é se precisar abrir, a gente abre.

Cons. Cristina: Mais uma pergunta, Bianca. Você disse que o FEMA não consegue gastar o dinheiro e tem uma barbaridade de dinheiro na conta. Por que, Rubens? Porque a gente não consegue gastar o dinheiro nas questões que são, objetivamente, missão do fundo?

Cons. Bianca: Eu tenho duas propostas. Ou eu explico esse quadro agora e depois o Rubens pergunta, ou eu continuo a apresentação e a gente chega nessa parte. Você que sabe.

Cons. Cristina: Para mim, tanto faz. Só quero saber, não importa em que momento.

Cons. Bianca: Então eu vou continuar a apresentação. Dar sequência na apresentação. Então, a gente tem aqui, essa tabela... Isso aqui tem no LOA. E a gente tem, novamente, aqui, eu fiz numa tabela que estava em outra apresentação, que é em relação aos... É



que o Fundo 08, que é de fundos, ele é chamado tesouro municipal recursos vinculados. Então a função de um fundo é vincular recurso. E aqui, nós temos outros fundos. A gente tem aqui, a gente pode dar uma olhada. Nosso fundo está aqui. Mas a gente tem outros fundos com valores altos, que não são de recursos federais, daqueles recursos altos federais, como o de saúde e educação, porque não dá para comparar. Inclusive, na... Mas a gente tem recursos aqui, a gente tem o Fundurb, também, tem uma quantidade boa de dinheiro. Inclusive, não sei se vocês sabiam, o Verde usa o dinheiro de outros fundos. Esse daqui, esse daqui... Então, a gente tem outros fundos com dinheiro, uma quantidade razoável.

(fala sem microfone)

Cons. Bianca: É Saúde. Tem dinheiro do... E o Fundo Municipal de Trânsito, que recebe as multas. Então eles conseguem uma arrecadação... Que inclusive, a gente também consegue uma boa arrecadação. Vocês vão ver, depois, quanto que a gente... Eu acho que eu não estou com minha tabela aqui, de receita, mas eu tenho... Esse aqui é uma tabelinha antiga, na verdade está desatualizada, que o orçamento, agora, não está mais de 50,7 bilhões. Inclusive, uma coisa importante que eu queria explicar. Não sei se vocês ouviram falar, que a SEMPLA congelou um bilhão. Vou explicar porque a SEMPLA congelou um bilhão. Como a gente está com os recursos muito... o cobertor está muito curto, a gente congela porque a gente vai liberando só o que é realmente necessário. Para não ter nenhum tipo de desperdício, inclusive no sentido de... o que puder cortar, a gente está cortando, porque não tem dinheiro. Nessa hora que o cobertor está curto você tem que ver o que realmente é importante. Então a gente congela para ter um controle maior de... O que for saindo, a gente vê se dá ou... Porque é difícil. Cobertor curto é difícil.

Cons. Alexandre: (fala sem microfone) A previsão de orçamento 2014?

Cons. Bianca: O tesouro caiu dois, não foi? O tesouro, agora está... Antes era 31, agora está 28,9 bi, não é?

(fala sem microfone)

Cons. Bianca: De fonte 00, que é o que o município consegue de tributos, a gente tinha, antes, por volta de 31. Faz um tempo que eu não olho, mas era isso. E agora caiu para 28,9. E esse é um dinheiro muito importante e a gente vai entender aqui, inclusive. Porque de acordo com a lei de responsabilidade fiscal, todos esses gastos, a gente é obrigada a fazer. Então a gente tem que nesse... Pessoal, que é o... Esse 6,4, está escuro, mas é essa parte aqui, da... Que horrível usar esse computador que você não conhece. Aqui, 6,4, é do pessoal. E a gente tem a questão legislativa que é 0,8, que é obrigatório, que vai para a Câmara. A Saúde, que vem dinheiro vinculado, 8,4. Inclusive isso está relacionado às vinculações de transferência do governo federal. Aqui é Saúde, que é esse montante grande que a gente tem. Aqui, 6, são os precatórios, que a gente é abrigado a pagar. São 6 bilhões. E 6,7, que é o programa de metas, é o que está relacionado com o PAC. Então esse é todo o dinheiro que está comprometido de acordo com a responsabilidade fiscal. Aí, o que sobra para a gente gerenciar a cidade? Sobras esses 10. Considerando que, na verdade, essa roda aqui, não é mais 50,7. Então esses dez, a gente tem capacidade discricionária, a gente pode distribuir de acordo com que a gente... Finalmente, a gente pode decidir para onde as coisas vão. A gente tem aqui, 2,4 - com limpeza, iluminação e serviço funerário. 2,6 - com gerenciamento do transporte coletivo do tráfego e o subsídio da tarifa. A gente tem 1,4 - Assistência, Cultura, Esportes, Direitos Humanos, Acessibilidade e Meio Ambiente. 1,3 - áreas meios, que é administração direta e indireta, é a SEMPLA, é a SIEF... Tem várias outras...



(fala sem microfone)

Cons. Bianca: Secretaria de Negócios Jurídicos, que são secretarias meio. Para as Subprefeituras e as coordenações das Sub, a gente tem 1,1. E aí, restava, para a gente aplicar para o programa de metas, com recursos municipais, 1,2. A única coisa que, assim... Você assume uma Prefeitura, e você não quer pagar só a conta de luz, a de água e pagar aluguel. Você precisa investir, você precisa mudar, você precisa resolver os problemas da cidade. Para a gente resolver os problemas da cidade, a gente tem 1,2 bi. E esse 1,2 bi que estão congelados. Basicamente. O pessoal que sabe que as coisas são muito mais complexas, sabe que não é bem assim, mas só para dar um... E aí, a gente congelou o orçamento para conseguir algum valor para conseguir investir na cidade. Porque, hoje, a gente não tem dinheiro para investir na cidade. Essa LOA que eu apresentei foi enviada para a Câmara dia 30 de setembro e foi aprovada agora, dia 17 de dezembro. Foi há pouco tempo atrás. E se vocês quiserem acessar isso, tirar qualquer dúvida, ver o orçamento das outras secretarias, ou ver se o que eu falei para vocês é verdade, vocês entrem no site da SEMPLA que tem a LOA completa. Inclusive, por uma política da SEMPLA, ela está em forma de Excel, para vocês poderem trabalhar. Tem filtro... Não sei se vocês chegaram a ver isso? Tem a LOA inteira em Excel. É bem legal. Foi assim que fiz minha tabelinha, que ficou mais fácil. Aqui, tem a dúvida da... Aqui, não estão todos os anos porque, na verdade, o FEMA nasceu antes. Foi em 2007?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: 2007.

Cons. Bianca: Nasceu em 2001, começou a operar em 2005. Mas eu fiz um levantamento, essa é a receita realizada. Aquilo que realmente... independente das... Isso não é previsão, isso foi o que aconteceu. O clarinho é quanto recebeu no ano especificamente, e o azulzinho é quanto conseguiu gastar. Não é o que foi aprovado ou que não foi aprovado. Foi aquilo que, depois das aprovações, diante de todos os problemas que poderiam ter, técnicos, qualquer coisa que poderia ter ocorrido, foi o que realmente conseguiu gastar. Então, a gente teve, em 2007, o FEMA arrecadou 6,6 milhões e utilizou 0,2 milhões. Estrava no seu início de funcionamento. No segundo ano, ela arrecadou 34 milhões, utilizou 12. Em 2009, 46 milhões, utilizou 8,2. Lembrando que essa somatória de um ano para outro não leva em conta o superávit, ou seja, não é acumulado. Não é o que sobrou no ano anterior que passou para o outro ano. Não é isso, foi aquilo que ele recebeu. Então, isso aqui é sem contar com o superávit, sem contar com o que está guardado do ano anterior. Em 2009 teve 46 milhões e conseguiu liquidar. O melhor dado que eu usei, ao invés de pago, foi liquidado, para o pessoal das finanças. Em 2010 arrecadou 20 milhões e utilizou 44 milhões. Eu queria, até, perguntar se foi na época da implantação dos parques, isso. Foi isso. Foi desapropriação e implantação dos parques. Eu chutava que fosse isso, mas não tinha certeza. Em 2011 arrecadamos 56 milhões, utilizamos 19,6 milhões. Em 2012 recebemos 120 milhões, utilizamos 51,7 milhões. Em 2013 nós recebemos 127 milhões e, até o momento, são dados parciais, porque, na verdade, o balanço é terminado um pouquinho mais para frente. Parece que tem mais algumas coisas para cair, mas a gente gastou 34 milhões, que eu acho que não chega a 40. A gente tem conseguido arrecadar 127 milhões e a gente tem gasto um quarto do que a gente tem. No momento, a gente tem 230? Num momento de superávit, nós temos 230 milhões na conta do FEMA. A gente não tem conseguido gastar esse dinheiro, sendo que a Secretaria é afogada com o tesouro, 00, com problema de IPTU, com problema de precatório, problema de dívida. A prefeitura inteira está no limite, está com 207 milhões. Então, eu acho que a função do FEMA, assim como da Secretaria, é fazer uma gestão ambiental. É a gente conseguir fazer investimentos ambientais, fazer uma melhoria ambiental na cidade. Não é isso? Então como a gente lida com isso? A Secretaria, a administração, não tem o menor... Ninguém quer roubar dinheiro de ninguém, mas é que, realmente, parece não fazer sentido não utilizar esse dinheiro que foi usado para criar uma quantidade absurda de parques, que depois é jogada no colo da



Secretaria. Sendo que a Secretaria que deveria, teoricamente deveria fazer o apoio administrativo para o FEMA, e que, na verdade, hoje tem menos dinheiro que ela mesmo, que o próprio FEMA.

Jairo: Só complementado. Na realidade, não são 230. Eu tenho um relatório de 23 de janeiro, que dá 216 milhões de recursos na conta. Só lembrar vocês, conselheiros, o seguinte, desses 216, a gente tem alguns valores que são vinculados, que você não pode mexer. Hoje, o que nós estamos trabalhando com parques são as receitas diversas e as receitas correntes, porque foi o que a PGM concluiu que a gente poderia utilizar. Mas para vocês terem uma ideia, nós temos quase 96 milhões de multas por faltas de inspeção veicular que estão vinculador ao transporte, às ciclovias, à rede de trólebus, então não dá para você usar. São quase 96 milhões. Eu tenho de termos de compensação ambiental, que são utilizados especificamente para parques e área verdes, nós temos um saldo de 64 milhões quase. Então são valores que não estão disponíveis. Aparecem no relatório da Bianca, lá nos 127 milhões, mas são valores que não estão disponíveis para você utilizar para qualquer evento. São coisas bem específicas, por isso que a gente tem um valor tão alto, ainda, de saldo de conta.

Cons. Alexandre: Desculpa. Só para ficar mais claro. No caso, essas de TCA, é para investimento, correto?

Jairo: Isso. É só investimento...

(falas sobrepostas)

Cons. Alexandre: Nem reforma, poderia caber aí?

Jairo: Não. Então são valores que estão vinculados e que você não pode mexer. Daí o valor altíssimo que a gente tem de saldo.

Cons. Cristina: Mas, por exemplo, Jairo. Esses de TCA, vamos falar dos de TCAs, São vinculados, tem que ser aplicados prioritariamente na região onde houve o dano...

Jairo: Isso.

Cons. Cristina: E tem prazo para ser executado. Pela legislação, tem prazo para ser executado.

Jairo: Sim.

Cons. Cristina: Por exemplo, aquele monte de dinheiro do metrô, que tem que ser executado na região da Linha 5 e da Linha Ouro, estão nesse bolo?

Jairo: Provavelmente. Se são TCAs, com certeza.

Cons. Cristina: Então, a gente não pode entrar aprovar solicitações da Secretaria que "avancem" nesses dinheiros que são carimbados.

Jairo: Nesses carimbados, não está se utilizando nada. Eles continuam aí. Por exemplo, esse saldo de 23 de janeiro, é o saldo que vem acumulado nesse tempo todo. O que é usado é usado. Agora, o saldo está lá. É o que a Bianca falou. Ela não levou em conta o que sobrou, o superávit, ou o que sobrou no exercício anterior. Só que na realidade, tem dinheiro, mas a gente não pode utilizar para o que a gente precisa. São coisas bem específicas.



Cons. Cristina: E esses do controle ambiental, da inspeção ambiental?

Jairo: Da multa por falta de inspeção veicular, são 95 milhões. Esses valores são utilizados, normalmente, na rede de trólebus. E possivelmente, poderão ser utilizados nessas ciclovias. Não sei, precisa verificar. Lembra que ela falou em ciclovia...

Cons. Cristina: Por que esse vem para o FEMA e não para o Fundo de transportes?

Jairo: Aí a vinculação é legal. Parece que a legislação é que determina que viesse para o fundo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para esclarecer, Cristina, a multa por falta de inspeção veicular não vai para o Fundo Transportes porque ela não é uma multa por infração de trânsito. Ela é uma multa por infração ambiental. Então ela vem para o FEMA por conta disso.

Cons. Cristina: Mas vai ser aplicada no sistema de trânsito e transportes?

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim, mas com foco ambiental. Por exemplo, quando nós renovamos a rede de trólebus, a gente está melhorando a qualidade do ar porque a gente está substituindo a matriz energética. Ao invés de um combustível fóssil por eletricidade. Então, a gente muda a matriz, com foco ambiental. Aquele projeto, por exemplo, do transporte hidroviário, que você muda o modal de transporte por um transporte mais sustentável. Então ela é voltada para trânsito e transporte, mas com foco na melhoria da qualidade ambiental. Então se fosse para o Fundo de Transporte, poderia ser utilizado para qualquer outro fim que não tivesse um vínculo ambiental.

Cons. Cristina: E tem sido utilizado com esse fim? Porque a gente vê a rede de ônibus absolutamente sucateada, poluente. A gente não vê nenhuma inversão de recursos...

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu tenho observado, porque como os processos passam por aqui, a gente acaba ficando viciado nisso. Eu tenho observado, se você for para a região leste da cidade, não sei se você costuma rodar por lá, mas a região da Vila Formosa, do Carrão, Aricanduva, onde passam os ônibus elétricos, a rede aérea já está toda substituída. E segundo informações da Secretaria de Transporte, o Simão esteve aqui, o número de interrupções no fornecimento de energia, na quebra de ônibus, tem reduzido consideravelmente.

Cons. Cristina: Com esse dinheiro?

Secretário Executivo Rubens Borges: Com esse dinheiro. E no final do ano, houve aquela mudança da locação do recurso, que era da Celso Garcia, que foi para a região central, por conta de outros projetos que tem para a Celso Garcia, esse recurso foi canalizado para a região central. Então possivelmente, num futuro, a gente vai ter a rede do Centro, também, renovada por conta desse recurso.

Cons. Cristina: Eu acho que era importante, Luis, a gente ter esse levantamento também. Porque eu acho que é responsabilidade do conselho gestor verificar o que está sendo feito com esse dinheiro. Acho que é uma missão fundamental do conselho. Então estou pedindo isso formalmente. A outra preocupação é que tudo cabe em ambiental. Quer dizer, não é porque a inspeção veicular não é uma multa de trânsito, se eu não fizer, não licencio o meu carro. Então tem a ver com o sistema operacional do trânsito na cidade. Porque, senão, tudo cabe em ambiental. E cabe em Saúde. Porque não foi para o Fundo de Saúde. Está certo que ele já tem 7 bilhões e a gente não vê onde são aplicados, porque a Saúde está uma tragédia. É o fundo que tem mais dinheiro, mas é



uma questão de saúde. O colchão é muito grande para Saúde e Meio ambiente. Aliás, as duas coisas estão intimamente ligadas. Então se for por essa interpretação, não vai sobrar nada, realmente, para aplicar diretamente no fundo. Então volto à pergunta que fiz antes. Por que a gente não gasta o dinheiro do fundo?

Secretário Executivo Rubens Borges: Primeiro, a gente tem que imaginar algumas coisas. Por exemplo, a meu ver, como gestor, como **police maker**, fazedor de políticas públicas, eu vejo o Fundo de Meio Ambiente, ou qualquer outro fundo, para ele ser eficiente, ele não tem que ter dinheiro em caixa. Um fundo bem administrado é um fundo sem dinheiro. É sinal que você está utilizando aquele recurso em benefício da população. A prefeitura não tem interesse, e nem é essa a função, ficar fazendo poupança. Ficar guardando dinheiro para dizer que tem um fundo rico. Nós queremos, sim, ter um fundo rico, mas que esses recursos sejam totalmente aplicados em benefício da população. A gente tem o histórico do fundo, de aplicação desses recursos, que enquanto nós tínhamos aquela série de limitações para a utilização de recursos do fundo, a gente só conseguia fazer os editais ou um ou outro projeto da Secretaria, mas projetos muito focados, cujos valores eram "pequenos". Então projetos de educação ambiental que envolvia de 100 a 150 mil reais, para utilizar 127 milhões de reais, quantos projetos eu teria que ter? E a Secretaria, o FEMA, hoje, não tem uma capacidade de um corpo técnico para acompanhar centenas ou milhares de projetos simultaneamente. Então tem uma questão da capacidade técnica, do próprio FEMA, de estrutura física, de pessoal, de técnicos, que temos um número reduzido, e a gente tinha as limitações para a utilização desses recursos. A partir do momento que nós tivemos o parecer da PGM, que nos permitiu utilizar o recurso para outros fins, que não aqueles limitados, e que também tem foco na questão ambiental, também tem foco em voltar esse dinheiro para benefício da população, aí a gente começou a utilizar um volume maior de recursos. Mesmo assim, nós ainda temos a limitação do uso dos TCAs, porque existe uma legislação própria. O **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, que delimita onde deve ser aplicado o recurso, as multas de inspeção veicular que têm que ser voltadas para ações de trânsito transporte com foco ambiental. Os créditos de carbono, que nos últimos anos não tivemos leilão, mas que, se eventualmente ocorrer, o dinheiro, também, é carimbado para um determinado fim. Ainda por conta dessas limitações, a gente não tem capacidade de usar todo o recurso. Mas se vocês pegarem o histórico que a Bianca nos trouxe, vai demonstrar que nos últimos anos, de 2011 para cá, a gente conseguiu um avanço significativo na utilização desse recurso. Sempre lembrando que o recurso está sendo utilizado em benefício ambiental e de volta para a população, com melhor qualidade ambiental. Então esse é o motivo de a gente não conseguir gastar todo o dinheiro em editais. Teria que ter milhares de projetos e a gente não tem nem capacidade de acompanhar e, talvez, as ONGs não tivessem nem pernas para apresentar tantos projetos e coordenar tantos projetos simultâneos.

Cons. Bianca: E lembrando que é extremamente proibido gastar dinheiro do FEMA com pessoal. Como a Secretaria não tem dinheiro por conta da cidade, a gente não consegue fazer esse...

Cons. Cristina: Aumentar o corpo técnico.

Cons. Bianca: Aumentar o corpo técnico, porque FEMA não permite.

Cons. Cristina: Eu quero ter uma informação, também, a respeito dos projetos por demanda espontânea. Porque todos os projetos que a gente aprovou, todos os projetos foram submetidos, com exceção daquele da SIURB, foram da Secretaria. Não vi, não sei se perdi alguma coisa, mas eu não vi nenhum projeto por demanda espontânea de Subprefeitura. E as Subprefeituras tem condição de apresentar projetos, e hoje, com os conselhos participativos, a gente tem uma possibilidade, ainda maior, de ter um controle



mais próximo da forma como esses dinheiros são solicitados e são aplicados. Então eu gostaria de bar, Luis, isso daí não é claro, eu comentei com o Persolli. A nossa Subprefeitura tem um enorme interesse em recorrer ao FEMA para fazer intervenções e o subprefeito recebeu uma informação, eu não sei e nem vem ao caso de que setor que veio, de que a subprefeitura não poderia aplicar em área pública. Então se não pode aplicar em área pública, vai fazer aonde? Na minha casa? Não vai. Então precisa ter um esclarecimento com relação a isso. Porque já que tem todo esse dinheiro, e essa dificuldade da secretaria em administrar projetos da sociedade civil, que são por edital, as subprefeituras poderiam fazer bom uso desses recursos, que também, assim como as secretarias, as subprefeituras estão à míngua. O dinheiro que se reservou para as subprefeituras, se aqui são 200, na nossa subprefeitura foi 25. É uma situação em que a gente pode trazer o recurso, inclusive os de TCA, porque a gente precisa ir atrás desses TCAs, para esvaziar o caixa do FEMA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Inclusive, dando uma resposta extraoficialmente, eu estava combinando com o Persolli agora, de marcar uma reunião junto com a senhora e com o subprefeito da sua área para conversar sobre o projeto que vocês tem lá. Bianca. Por gentileza.

Cons. Bianca: Posso só responder a pergunta da Cristina. Desculpa, você estava falando... A SEMPLA, também é extraoficial, está articulando um projeto ambiental em Parelheiros. E não vai vir da gente, vai vir do pessoal de Parelheiros, então logo nós teremos um projeto de Parelheiros.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Você já terminou a...

Miriam: A respeito dos projetos públicos, Cristina, só esclarecer. Eles não têm tempo de entrada. Eles podem ser encaminhados a qualquer momento, pelos secretários, para o secretário do Verde, e ele vai seguir todos os trâmites normais, de passar pela comissão de avaliação, até chegar ao CONFEMA. Então está aberto, não tem limite de tempo, de data, enfim.

Cons. Cristina: A dúvida que resta, Miriam, as editais deixam claro qual é o recorte que você vai poder utilizar em projeto. E para as Subprefeituras, isso não está claro. No que ele pode investir?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É que ele precisa consultar porque, justamente não necessita no edital. Órgão público pode vir direto, então, vai conversar, vamos ver se os projetos se encaixam dentro da legislação. Bianca, já...

Cons. Alexandre: São duas questões. Em relação a essa arrecadação e a liquidação. Se boa parte dos recursos estão vinculados, estão aqui nos TCAs, que são 64 milhões, e multas por inspeção veicular - 96, a gente vai continuar não utilizando boa parte desse recurso. Na medida em que o que foi aprovado para implantação de parque, que sairia aqui do TCA, é bem pequeno, esse montante. E mesmo, talvez, a ciclovia, toda a questão ligada ao ciclismo, foi em torno de 10 milhões, ainda é pouco. São duas observações, na verdade a pergunta é: Nós podemos utilizar um valor acima do que foi aprovado na LOA? Por exemplo, podemos utilizar um recurso do FEMA, acima do que foi aprovado na LOA, em relação a uma dotação específica?

Cons. Bianca: Como funciona essa questão de orçamento? Você pode fazer um pedido, chama suplementação. Você tem que mandar para CGO, que é uma coordenadoria que faz essa coordenação da Prefeitura toda, que fica dentro da SEMPLA. E lá, eles autorizam ou não, de acordo com critérios, que é muito específico de cada caso.



Jairo: Só complementando, o dinheiro que está orçado só pode ser suplementado por superávit. Mas é feito através de legislação e através de uma lei enviada par ao prefeito.

Cons. Alexandre: Mas, não digo, não só em relação ao superávit. Porque nós temos o superávit dos anos anteriores para essas...

Jairo: Esses valores que eu passei para você é o que está no extrato da conta bancária.

Cons. Alexandre: Sim

Jairo: Então, o que foi orçado, o que está no orçamento, você pode atualizar até o limite que está orçado. Acima disso, se for necessário, vai ter que pedir a uma lei especial para complementação, que é o de superávit. Você vai ter que buscar o que está na conta e transformar em orçamento.

Cons. Alexandre: Mas é possível, claro, desde que...

Jairo: Com certeza, é possível.

Cons. Alexandre: Não seria o caso, de solicitar isso. Se não, realmente, nós vamos gastar uma parcela ínfima dessas duas dotações específicas.

Jairo: Na realidade, o que está orçado para as ciclovias, esse ano, acho que são 10 milhões. O ano passado, a Secretaria disponibilizou para o trólebus, por exemplo, dez milhões e pouco, que era o que nós tínhamos orçado. A SPTrans utilizou três ou seis milhões, então acabou sobrando recurso.

(fala sem microfone)

Jairo: Isso. Faltou aqui e sobrou lá. Então não usou, ele volta para o banco. E, orçamentariamente, é o que a Câmara aprovou. Além disso, é o superávit, vai ter que fazer uma legislação e pedir o superávit.

Cons. Alexandre: Mas, por exemplo, em relação... aí eu acho que é uma queda considerável. Não estou nem defendendo que se mantenha a mesma, em relação aos parques, mantenha a mesma vertigem em criação de parque anterior. Mas ano passado aprovamos 31 milhões, esse ano foi para quatro, não é isso?

Secretário Executivo Rubens Borges: Desapropriações...

Cons. Alexandre: Criação. Nós temos de TCA, 64 milhões no extrato, a gente vai manter congelado mais de 90%. E a demanda da comunidade continua sendo muito grande.

Jairo: Na realidade, nós temos uma previsão de deliberação para esse ano de 2014. Eu tenho comprometido, desses 64 milhões, tenho 8,5 milhões já comprometidos em parques que estão em andamento. E a gente tem uma projeção, para 2014, de utilização de quase 30 milhões disso aí. Então, de qualquer forma, vai sobrar vinte e poucos milhões de saldo.

Cons. Alexandre: Desculpa. Agora, não entendi. Porque você falou que tem a previsão de... É um meandro muito complexo.

Jairo: Nós temos vários parques que estão em fase terminal. São aquelas desapropriações que chegaram quase no final e que não foram entregues ainda. Então,



de repente, nessa área de utilização dos TCAs, nós temos alguns parques que poderão ser utilizados. Então a gente está com uma previsão, se realmente, entrarem, de utilização de quase 29 milhões. Se não entrar...

Cons. Alexandre: Perdão, pelo não entendimento. Isso não entra em contradição com os quatro milhões que estão aprovados na LOA? Esses 30, não...

Jairo: Não...

Cons. Alexandre: Não devia constar ali?

Jairo: Nós temos, aí, a recuperação de 34 parques, que estão fazendo parte das metas, então, de repente, desses 34 será que já não temos algum, já, incluídos nos TCAs?

Cons. Alexandre: Não sei.

Jairo: São previsões de utilização que a gente fez. De repente, não usa. De repente não vai ter possibilidade de usar, por N motivos. Mas a gente tem que fazer, pelo menos, uma ideia do que vai precisar. Bianca.

Cons. Bianca: É que lá, a descrição é pelos gastos. Não fala de onde vai vir. Qual a fonte do recurso. Então, quando ele fala que tem trinta e tantos, previstos para usar de TCA, não está dentro de uma ação. Está distribuída em vários. Você me entendeu?

Cons. Alexandre: Não.

Cons. Bianca: Aqui, quando ele fala que tem 30 milhões de comprometimento do TCA, ele não está falando de uma ação só. Ele está falando que esses trinta, estão aqui no meio. Estão distribuídos em várias ações. Porque TCA...

(falas sobrepostas)

Cons. Alexandre: Entendi.

Cons. Bianca: TCA não é gasto, é recurso. Então, é como se a gente tivesse... A gente pudesse fazer outra coluninha: qual o recurso utilizado? Aí, iríamos escrever: ações ambientais, TCA e, talvez, algum outro.

Cons. Alexandre: Acho que eu entendi. A questão é que, no meu entendimento anterior, eu poderia utilizar o recurso do TCA só naquela dotação que é: implantação de parques. Na verdade, não. Eu posso utilizar em outras dotações, também.

Cons. Bianca: Melhorias ambientais. TCA é melhoria ambiental, de acordo com a área. E é uma lei do SNUC, é uma lei federal.

Cons. Cristina: Vou fazer uma pergunta complementando isso. Então, melhorias ambientais, por exemplo, a gente poderia usar, as Subprefeituras ou a Secretaria, para transformar rotatórias secas, em rotatórias verdes? Pode?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sim.

Cons. Cristina: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais nenhuma pergunta? Bianca, obrigado.



Cons. Bianca: Obrigada e para variar, desculpa o tempo que eu tomei.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, retome o seu lugar. E dando continuidade, nós temos, agora, a prestação de contas da Conferência Municipal, pela AMLURB, com o Gilson dos Santos Angeloti, gerente de informações e pesquisas, aqui presente, que está com a palavra.

Cons. Cristina: Luis, você pode em dar uma licença. Eu queria colocar uma questão para saber a posição da Secretaria... Me desculpe interromper. Porque depois eu acabo tendo que sair. Eu queria saber qual está sendo a atitude da Secretaria, com relação à evasão que houve naquela área de 2,2 milhões de m², no M'Boi. A gente já está, desde dezembro, com essa questão e não estamos vendo reação. Já teve uma área enorme devastada. São oito mil famílias que, hoje, já estão lá, precariamente, lógico, mas com os barracos montados, e a gente não está vendo, a gente mandou até para os jornais, a Globo fez matéria sobre isso, e o processo continua. Nós estamos muito angustiados porque não estamos vendo uma reação da Secretaria.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina. Tudo bem. Eu gostaria só, acredito que não vai tomar muito tempo, a apresentação prestação de contas, e depois o Milton vai responder as duas questões para você. Por gentileza, Gilson. Está com a palavra.

Gilson: Bom dia a todos, bom dia membros do CONFEMA. Meu nome é Gilson, eu sou de AMLURB, Secretaria de Serviços. Estamos aqui para poder fazer a prestação de contas dos recursos que foram transferidos para realização da IV Conferência Municipal do Meio Ambiente. Aqui só tem algumas fotos da conferência. Foram nos dias 30, 31 de agosto e 1º de setembro. Foi convocada pelo Decreto Municipal 53.924, o Comitê Intersecretarial, que são as Secretarias que foram envolvidas na Conferência. E aqui são os grupos de trabalho. Tudo isso estava no Decreto. Aqui, só para dar uma demonstração do público que participou de todo o processo, da Conferência. Foi um processo onde fizemos 31 etapas preparatórias, que teve a participação de 2.285 pessoas, teve uma etapa indígena, a participação de 26 índios, foram 6 temáticas realizada na Uninove, com a participação de 458 participante. Esses participantes eram: a sociedade civil, o Poder Público. E a IV Conferência, realizada nesses três dias, teve a participação de 3.988 pessoas, contando os três dias. O total de participantes de todo o processo da Conferência foram 7.029 pessoas. Da prestação de contas, o contrato que a AMLURB e a Secretaria de Serviços fechou com a São Paulo Turismo, que é a SP Turismo Anhembi, teve como objeto a contratação de serviços de planejamento, execução, produção de toda a conferência. O valor total desse contrato ficou em 835. O contrato foi assinado com o valor de 885, já com a previsão de que poderia ser X superior ou inferior. Então ele foi inferior ao que foi contratado. Está tudo aqui no processo. As dotações - tem o número das dotações. A parte da AMLURB e a parte do FEMA. Os recursos do FEMA foi através dessa resolução da reunião do CONFEMA, resolução 26, do dia 26 de julho. O processo autuado para início e aprovação do projeto é esse número aqui, que está comigo, já com a devolutiva. E o valor dos recursos transferidos foi em R\$ 424.350,00. Então os recursos transferidos do FEMA foi esse, para esses serviços aqui, que foram serviços de planejamento, execução e fiscalização, bem como fornecimento de infraestrutura, com a locação do espaço, o Anhembi, equipamentos, serviços e produtos, contratação artística e pessoal técnico e operacional. Essa contratação artística não é contratação de artistas, mas de todo o aparato para que possa ser realizada a conferência, com equipamentos de som, cenografia e tudo mais. E aqui foi um breve demonstrativo para que possamos identificar quais os recursos, comprovadamente, para dar exatamente o valor dos recursos do FEMA. Então foi a locação do espaço, que foi o espaço que foi realizado a Conferência, que são as salas modulares. Foram quatro salas modulares, dois auditórios, o Elis Regina, o grade auditório, que foi o auditório Celso Furtado, que foi onde teve a abertura da Conferência e no dia seguinte, o hall frontal, o



hall lateral, o hall nobre e cozinha **distrua**l. Esses halls também foram locados, que foi onde foram feitas as exposições dos indígenas e outras exposições que teve lá, a parte também do coffee break e a parte da alimentação. Então ficou nesse valor aqui, R\$ 162.500,00. O serviço de alimentação, que foram os coffee breaks, o almoço e o kit lanches para o último dia, porque houve um avanço... no término da conferência estava previsto para às 13h00, no domingo, no último dia, e isso avançou até as 20h30 ou 21h00. . Então foi necessário, de última hora, contratarmos um kit lanche. O serviço de alimentação era em torno de R\$ 150.000,00, aí teve mais um acréscimo, está tudo aqui na prestação de contas do processo. A produção é toda a parte de planejamento que é feito pela SP Turis. Planejamento, execução e serviço, fiscalização, a contratação, porque foram feitos pregões eletrônicos, tudo bem organizado devido aos valores contratados com a SP Turis. A contratação do pessoal técnico operacional. Então ficou no valor de R\$ 85.478,00. Seguranças, teve 51 seguranças durante todos os três dias. Então houve a contratação pela SP Turis, desse valor. E a consumação de gás, energia, serviços de instalação, manutenção elétrica, R\$ 7.631,00. Então o montante total dos gastos que compõe os valores dos recursos ficou nesse valor de R\$ 424.350,00. Estão todos aqui, no processo tem a devolutiva com a nota fiscal da SP Turis, vou passar aqui para o senhor Damasceno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Essa é a prestação total ou só dos R\$ 424.000,00 da Secretaria? Qual foi o gasto total?

Gilson: O gasto total foi R\$ 835.667,89. Então aqui nós estamos fazendo a prestação dos recursos do FEMA. Essa parte da AMLURB, nós fizemos alguma glosas porque, não sei quem esteve presente, viu que houve problemas no credenciamento. Então nós fizemos glosas, está havendo a discussão ainda, a SPTuris está com recurso, nós estamos analisando, então a parte que ficou por conta de AMLURB, da Secretaria de Serviços, ainda não fizemos o pagamento devido a essas glosas, também na parte de transporte houve problemas. Eles não conseguiram chegar com ônibus até as tribos indígenas, então houve um problema do dia, então nós temos ainda, a parte de AMLURB e de SES, havendo a discussão devido às glosas, mas com relação a parte do FEMA, que foi aquele quadro apresentado aqui, esse já está tudo certo. Esse daí não houve nenhum problema, não houve nenhuma glosa a respeito.

Cons. Alexandre: Só uma pergunta. Gilson, eu lembro que na época que aprovamos o projeto, que eu até fui contra na ocasião, a gente questionou alguns valores. Bolsas, canecas... Eu não vi isso, não sei se...

Gilson: A questão das bolsas... A relação dos serviços, é que assim: até nós queremos nos desculpar de não ter feito um negócio mais bem aprimorado, devido a... Ontem, acho que o Damasceno ligou para nós, ontem, durante o dia, nos avisando que deveríamos estar hoje aqui. Então não houve tempo hábil para a gente colocar um maior detalhamento da situação. Mas com respeito às bolsas e às canecas, elas foram patrocinadas pelo Sindicato da... o SINCOV, da Indústria de Mobiliário. Então eles é que fizeram o patrocínio. Então não houve pagamento a esse respeito. Os pagamentos direcionados aos recursos do FEMA, foram exatamente esses aqui. É que assim: o que ocasionou naquela época do projeto, a gente sabe que foi feito muito às pressas, muito corrido, e tudo o mais. Então nós pedimos o orçamento para a SP Turis. A SP Turis deu o orçamento que eles contratam para fazer a confecção de bolsas e de canecas. Mas a gente não aceitou. Nós fizemos... Gastamos menos da metade daquilo e houve o patrocínio. Quer dizer, não houve custo algum para os cofres públicos. Nem para os recursos do FEMA, nem para a AMLURB, nem para ninguém.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Algum Conselheiro gostaria de fazer alguma pergunta? Eu estou consultando o processo aqui com o Jairo, porque quando nós



aprovamos, que foi essa questão levantada pelo Conselheiro, não só das bolsas como outros itens, que estariam sendo feitos licitações que não seria aquele valor apresentado. E eu estou só folheando o processo aqui, porque quando nós aprovamos foi dito que o valor seria menor do que esse. Seria trezentos e pouco. Mas aprovaríamos tudo, foi isso, Conselheiro? Aprovaríamos nesse teto e teríamos a prestação de contas. Prestação de contas, que é a minha área e eu faço com toda tranquilidade, nós pedimos... era para ter sido apresentada o ano passado. Não foi, porque vocês tiveram algum problema. Então por isso que foi pedido ontem, porque eu não tinha tido o retorno da minha solicitação. Então eu acho o seguinte: se nós não localizarmos aqui, nós vamos fazer assim, se os Conselheiros estiverem de acordo, uma solicitação por vocês, por... eu acho que por ofício não há necessidade. Mas por e-mail, solicitando o que os Conselheiros gostariam, da abertura do dinheiro aprovado no FEMA. Porque quando foi aqui solicitado, inclusive pela Soraya que esteve aqui, ela fez as explicações e mostrou uma coisa diferente do que eu estou vendo na prestação de contas. Não estou pondo em dúvida o valor dos 424 prestados a isso, mas não foi aquilo que nós ouvimos aqui. Ou estou errado? Algum Conselheiro gostaria de fazer alguma consideração? Do que nós ouvimos aqui, do que seria utilizado o dinheiro.

Gilson: Certo. Desculpa, Damasceno. É que houve, durante todo o processo, inclusive se nós formos ver aqui no projeto, até a questão da alimentação, ela seria durante as etapas preparatórias, porque cada realização das etapas haveria sempre movimento de várias pessoas, dos participantes, então nós fornecíamos um kit lanche e tudo o mais. Mas isso foi negociado com as Subs, e as Subs forneceram. Então nós deixamos de colocar os recursos para essa finalidade. Então houve, durante o processo, algumas alterações. Mas eu acho interessante o que o Damasceno falou. Pode nos fazer esses questionamentos, que aí, nós responderemos e apresentaremos tudo o que for necessário. Que a gente tem toda a documentação aqui, que a SP Turis já nos passou. Temos todas as notas e contratos. A maioria dos serviços prestados para a SP Turis são contratos que eles já têm com as empresas. Então eles aproveitam os valores de contratos. E outros são com notas fiscais.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Justamente a minha colocação é porque isso não foi colocado, quando foi... porque nós não tínhamos aqui, o projeto completo.

Gilson: Certo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então foi apresentado parcialmente, e não foi isso que foi dito. Por isso que eu estou levantando aqui...

Gilson: Não. Sem problemas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não questionando. Só levantando. E eu gostaria de ouvir o Rubens, que não sei se está de acordo com a prestação, ou se tem alguma observação a fazer sobre o assunto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. É só ratificando a posição do Damasceno, porque assim, nós temos um critério de avaliação e aprovação dos projetos. Todos os projetos, quando são submetidos ao Conselho, eles passam por um parecer técnico, essa Comissão Técnica avalia o que está sendo proposto, e com base nisso, o Conselho delibera e aprova ou não, os projetos. Então quando o projeto é apresentado e os recursos têm uma destinação específica, a gente cobra que aquela destinação seja seguida. Se houver uma modificação, a necessidade de uma modificação, e a gente sabe que projeto existe esse tipo de coisa, que quando a gente faz um projeto, existem algumas interferências que a gente precisa fazer ajustes e correção do rumo do projeto. Então a gente entende que possa haver alguma necessidade de modificação. Mas quando há essa modificação, é sempre comunicado à Secretaria, e a Secretaria comunica o Conselho, porque, eventualmente, em uma prestação de contas, o Conselho está sabendo se o que ele aprovou foi realmente seguido. Então por isso, essa demanda do Damasceno, para justificar essas alterações, para que o Conselho tenha ciência, e quando aprove uma prestação de contas, aprovar ciente daquilo que está sendo feito. Então só ratificando a posição do Damasceno.



Cons. Cristina: Eu quero fazer uma pergunta. Eu não estava no Conselho à época que foi aprovado. Eu queria saber como é que foi feita a liberação desses recursos. Se houve etapas da preparação, ou se foi feita a liberação independente? Porque essa prestação de contas, na verdade, pelo jeito, não acompanhou as etapas da liberação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Foi feito, Cristina, a liberação, mas... porque iriam ser feitas licitações. Inclusive, o meu levantamento, questionamento, quando você falou das sacolas que foram feitas pelo Sindicato, o valor da sacola está aqui na prestação de contas, certo, incluso...

Gilson: Não. Não. Aí têm duas... Veja, tem o contrato... Desculpe. Ali, nós anexamos o contrato quando foi assinado, com o valor total de 885 mil. Mas se o senhor ver antes... Verificar antes, logo depois que tem a nota fiscal, aí têm a relação dos serviços efetivamente executados. Aí não têm sacolas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Gilson: Certo? É que eu anexe o contrato, para ter os termos do contrato, que foi 885 mil, mas o valor que foi utilizado foi 835.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina, eu não me lembro. Você não estava nesse dia?

Cristina: Não. Eu não estava no Conselho.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Foi muito polêmica essa aprovação, justamente por causa dos valores que foram apresentados, das sacolas. A dona Cecília que estava questionou o preço da sacola de 25, várias outras coisas acima do preço. O aluguel, inclusive, que foi apresentado. E foi questionado. E foi dito que seria feita uma licitação, e depois, prestado contas. Por isso que nós estamos solicitando... vocês solicitaram a prestação de contas à AMLURB, que é justamente para que a gente veja que o valor que nós liberamos foi utilizado ou não. Porque na informação, quando foi feita, foi pedido a liberação total, que não seria utilizado os 424. Que teríamos retorno. Então é por isso que eu estou levantando o problema, e eu acho... Eu gostaria de ouvir os Conselheiros quanto à minha posição, como coordenador, de fazer um arrazoado e fazer uma solicitação à AMLURB, detalhadamente, diante daquilo que tinha sido aprovado.

Cons. Cristina: Da minha parte, tudo bem. Eu vou só insistir na minha pergunta, Rubens, porque cada projeto tem etapas. E a liberação é feita mediante a comprovação e a verificação dos gastos da etapa anterior. Então eu não estou entendendo porque que agora pode ter havido diferenças, discrepâncias, desse tipo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, é assim: o valor foi aprovado, e a transferência foi feita integralmente para a AMLURB, para que ela pudesse fazer a reserva e abrir as licitações para poder fazer as contratações. Então o valor tinha que ser transferido integralmente, porque, senão, eles não poderiam abrir as licitações, se eles não tivessem o valor reservado. Então, esse é um aspecto. O outro aspecto é que a aprovação também se deu, acho que no finalzinho de junho, se eu não me engano. E o evento ia ocorrer dia 30 de agosto. Quer dizer, tinha um mês para fazer toda a contratação, organização do evento. Algumas assembleias regionais já estavam sendo realizadas. Então foi uma coisa muito rápida. E se a gente transferisse parte do recurso, eles não iam conseguir executar. Então foi transferido o valor integral, eles utilizaram esse recurso, com a condição de prestar contas depois. O que o Damasceno levantou é que é assim: normalmente, em um projeto, quando a gente apoia um projeto de uma instituição, a gente acaba cobrando que aquela instituição gaste exatamente o valor, naquilo que foi proposto inicialmente. Eventualmente, a legislação nos permite que a gente faça correções de rumo. Então, se de repente sobrou dinheiro de uma atividade e faltou na outra, a gente pode remanejar esse recurso, que foi o que aconteceu. Como eles conseguiram o patrocínio das sacolas, eles, possivelmente, utilizaram esse recurso para outra finalidade. O que faltou foi uma formalidade, formalizar essa modificação, para a gente dar ciência para o Conselho. No entanto, não existe legalidade, mas eu acho importante detalhar para que esse Conselho tenha a real visão do que foi executado.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, mais uma vez, como coordenador e como diretor de Políticas Públicas, aonde o FEMA se insere, eu faço uma sugestão aos Conselheiros e ao Gilson, de que a gente marque, sente com DAF, da Secretaria, a gente faça uma comparação, nós já vimos alguns valores aqui que só saiu do FEMA, não foi dividido com AMLURB... Que a gente faça uma comparação, para uma posterior prestação de contas aos senhores Conselheiros. Concordam? Rubens, você providencia, marca com o Gilson, com DAF, a gente senta, e vamos fazer essa comparação para ficar tudo tranquilo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Sem problemas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu só quero frisar mais uma vez. Eu não estou pondo esse valor, essa prestação em dúvida, mas eu acho que a minha responsabilidade como gestor do fundo do FEMA, e coordenador, trazendo aqui, eu tenho que estar tranquilo, porque se fizerem algum questionamento, eu tenho que falar: não, eu estou votando, eu sou a favor, eu estou de acordo.

Gilson: Não, não. Acho que todo esclarecimento tem que ser feito. Sem dúvida. Sim. Certo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então como eu não estou... Porque a minha formação... Não estou de acordo com o que eu estou vendo rapidamente, então eu gostaria que a gente fizesse essa mesa...

Gilson: Sem problema.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Para esclarecimentos.

Gilson: Sem dúvida.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode ser, Gilson?

Gilson: Sim. Sem dúvida.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então eu agradeço a sua apresentação. Agradeço sua presença. Confirme aí com o Rubens, a gente vai fazer isso.

Gilson: Tudo bem.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está bom?

Gilson: Está bom, então.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado.

Gilson: Então, muito obrigado a vocês. Um bom dia a todos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia. Agora, o último item da pauta. É a inclusão, que foi solicitada pela nossa Conselheira Cristina. Eu vou passar a palavra para o Milton Persolli, para falar primeiro sobre o Córrego do Cordeiro. Enquanto isso, eu vou subir e imprimir um e-mail sobre a sua segunda solicitação, que eu recebi, que nós estamos providenciando... talvez, você ficar satisfeito com a resposta que nós estamos preparando. A gente passa para você, está bom?

Milton Persolli: Bom dia. Milton Persolli, DEPAVE. Cristina, eu queria entender um pouquinho. Eu cheguei um pouco atrasado no início da reunião. Não sei o teor da sua pergunta, por favor.

Cons. Cristina: São duas questões, Persolli. Uma, a gente quer saber, especificamente, mas eu acho que se aplica a todas as verbas aprovadas, a aplicação dos recursos que foram aprovados no dia 2 de outubro do ano passado, para o Grupo Cordeiro, que têm 5 parques, dos quais 2 não existem ainda. E um está... o Chuvisco está vinculado à TCA do metrô, e o Alto da Boa Vista também tem TCA. Portanto, a verba aprovada poderia, em tese, ser aplicada em três parques: o Cordeiro, o Zilda Natel e o Invernada. Então eu quero saber como é que foram aplicados esses recursos, se ainda tem dinheiro, se não tem dinheiro, que resposta a gente pode dar ao Conselho Gestor do Parque do Cordeiro com relação a essa aprovação. Eu sempre reitero que eu fui contra essa aprovação, mas já que foi aprovado, a gente tem que acompanhar a aplicação. A segunda pergunta diz respeito ao que você já propôs, de entender o que as subprefeituras podem pleitear com verba do FEMA, como demanda espontânea.

Milton Persolli: Eu acho que isso, por parte das subprefeituras, não está claro para eles. Acho que nem sei se eles têm esse conhecimento.



Cons. Cristina: Eles sabem que tem. Comentei com você, já falei para o Maia, várias vezes. Mas eles não sabem que tipo de investimento eles podem fazer com isso. Quer dizer, que projeto, que tipo de aplicação. Você está dizendo, por exemplo, rotatórias verdes, podem ser feitas... A subprefeitura pode solicitar dinheiro do FEMA para fazer rotatórias verdes. Desde que já seja... Porque as rotatórias já foram aprovadas. É uma questão de drenagem. Não só do benefício ambiental, mas benefício do subsolo, também. Nós temos muitas rotatórias... A gente fala rotatórias secas, que são essas só com os tachões, e com uma demanda da comunidade, para transformá-las em rotatórias verdes, permeáveis. Esse é só um caso. Têm outros casos, inclusive, referentes ao parque, como eu te falei. No Parque do Cordeiro, especificamente, nós temos uma demanda que foi pontuada pela Secretaria, em função da carta de aceite solicitada pela SIURB, para fazer intervenção no córrego. Essa carta de aceite ainda têm vários questionamentos aí, mas nós temos 5 a 6 prioridades, que a gente gostaria que pudessem ser atendidas com verba do FEMA, ou através da subprefeitura.

Milton Persolli: Com relação só às rotatórias verdes, nós somos dependentes de projetos por parte da CET. O órgão que executa o projeto é a CET. Quem está responsável por isso é a arquiteta Rose. Nós já tivemos um contato com a CET, nós estamos desenvolvendo, inclusive, um Parque Linear junto com a CET. Então, a aproximação da CET está muito próxima... A CET está muito próxima da gente, com relação ao desenvolvimento desses projetos. O que a gente precisa é juntar os atores. Seria CET, Secretaria do Verde, Subprefeitura e a comunidade. Então, esse papel ficou para a CET buscar esse entendimento junto à comunidade, buscar esse entendimento de priorizar quais seriam essas rotatórias, quais seriam as primeiras a serem implantadas, formalizar, através de um projeto-tipo, porque nós temos que licitar isso. Tanto a Secretaria do Verde quanto a subprefeitura, teria que licitar a contratação desses serviços. Para licitar a contratação desses serviços, nós precisamos ter um projeto-tipo com valores. E a CET não tem esses valores. Ela simplesmente, não tem essa expertise em valorar alguns projetos com relação à tabela de SIURB. Então, nós informamos a CET... Isso, no final do ano passado. Mais ou menos em outubro, novembro. Para que a CET pudesse nos apresentar esse projeto-tipo e seus respectivos valores, para que a gente possa abrir uma licitação, para contratação desses serviços. Utilizando o recurso do FEMA. Desde que sejam aprovados aqui. Bom, segundo, Parque do Cordeiro. Grupo Cordeiro. São esses quatro parques que você citou. Na verdade, o Chuvisco e o Alto da Boa Vista... O Chuvisco é um parque que está vinculado a um termo de cooperação, um TCA do metrô, da Linha 17, a Linha Ouro, lá, do monotrilho. Então, dentro da compensação do metrô tem um grande aporte de recursos para o Parque do Chuvisco. Não foi deslocados recursos do FEMA para cá. Nem para o Parque Alto da Boa Vista, que é um parque oriundo de um TCA. Então isso também está sendo tratado junto ao TCA, e nas áreas competentes desse TCA. Inclusive, até falei isso a você por telefone, de que essa comunidade se fizesse mais presente com relação ao projeto apresentado pelo Luiz Esteves, que é o responsável por esse TCA. E a gente não sabe se esse projeto, os arquitetos que estão vindo para cá são arquitetos que estejam em comum com a comunidade, para que possa falar e se colocar como representante de todos.

Cons. Cristina: Desculpe te interromper. Hoje eu pedi à Cecília que viesse. A Cecília é diretora da Associação do Alto da Boa Vista. Ela mantém o contato com o Antônio Luiz continuamente. Então eu pedi que ela viesse justamente para acompanhar essa questão aqui, para dar continuidade...

Milton Persolli: Cecília, bom dia. Então, deixa eu só te situar um pouquinho o que aconteceu. Quando eu estava em DEPAVE aqui, através de uma conversa, a gente ficou sabendo da existência desse TCA, mas ele estava preso por causa de um TAC, enfim. Nós conseguimos que isso tivesse um bom andamento. Nós conseguimos ter êxito na relação interna aqui, administrativa, jurídica, para que pudessemos dar andamento. O processo se deu andamento, o responsável, senhor Luiz Esteves, e aí, a partir do momento que ele possa... que ele continua a obra, ele tem, por obrigação dessa obra, executar uma medida compensatória desse Parque. Ele nos apresentou um projeto. Esse projeto,



inicialmente, foi submetido aqui ao DEPAVE 1. Eu estava presente. A gente discutiu algumas alternativas desse projeto. Ele... Só como um exemplo, ele citou uma grande área que seria um espelho d'água. Nós colocamos a dificuldade que você tem em ter um espelho d'água dentro de um parque, até em função de manutenção. É problema, na verdade. O espelho d'água acaba se tornando... Não se torna um elemento de arquitetura. Ele tem um efeito quase que contrário. Mas enfim, esse foi um dos exemplos. E isso vem sendo tratado com esse grupo de arquitetos contratados pelo Luiz para que fosse terminado o projeto do Alto da Boa Vista. Eu coloquei com a Cristina, eu não sei se, efetivamente, esses arquitetos que estão vindo em nome do Luiz, em nome do projeto, eles estão... E o projeto contempla totalmente o que a comunidade deseja. Porque ela que vai usar. O que a gente tem reparado aqui, é que quando os processos, eles caminham... e quando ele for implantado, quando ele vai ser implantado, é que as pessoas falam: "ah, mas eu não participei, essa pessoa não está autorizada, em nosso nome, a falar sobre o projeto. Esse projeto não atende à comunidade. Esse projeto foi gerado por um grupo técnico que não fez interlocução correta com a comunidade." Enfim, problemas nessa ordem. E nós já estamos chegando em um momento de fechar o projeto. Nós já estamos chegando em um momento de realmente aceitar o projeto, e pedir para que ele execute. Por isso que eu fiquei com um pouco de receio. Porque depois que feito isso, publicado, o trabalho é enorme, de você retomar ou tentar corrigir, ou tentar alterar isso. Então, é para isso que eu fiz essa apresentação inicial, para você, depois, poder falar se, efetivamente, vocês estão participando, a comunidade como um todo está envolvida no projeto por parte do Luiz. Então a gente, depois que terminar a reunião, a gente pode conversar para você me passar essa informação. Eventualmente, se propor até de indicar alguém para que venha nessas reuniões, em nome dessa comunidade. Em nome de vocês lá da comunidade, das associações de bairro, enfim, ou alguma coisa que representasse, porque... e quando isso acontecer, fatalmente, a gente vai ter algum questionamento por parte dessa população, e a gente quer ter esse resguardo técnico. Bom, isso é uma situação. Parque do Cordeiro, nós empenhamos aqui, a manutenção de dois parques, somente, não é, Jairo? Acho que são três parques. São cinco, são três. É. Esses empenhos, Cristina, a gente pode te passar. São empenhos publicados no Diário Oficial. São empenhos... Só os que estão abertos. Sem dúvida. Nós podemos, detalhadamente, te passar valores mensais de quanto foram repassados às empresas de manutenção para isso. Eu fiquei de ver também a parte de vigilância. O processo que passou por aqui, que eu me recordo, era só de manejo. Eu não lembro da gente ter visto alguma coisa de vigilância para cá, para o Parque do Cordeiro. Então eu me proponho a fazer esse levantamento mensal de quanto foi colocado à disposição do Parque. Quanto, efetivamente, foi colocado. Se houve sobra na dotação ou não. Isso, o Jairo pode nos ajudar nisso. Segundo assunto, com relação ao Parque M'Boi Mirim, a área do M'Boi Mirim. É uma área particular. É uma área que tem... Estava, inicialmente, com uma ocupação, e ela vem em um crescendo, essa ocupação. Com o objetivo de obter, talvez, um credenciamento para um futuro aproveitamento em um plano habitacional. Por parte da Secretaria do Verde, nós oficiamos a subprefeitura com relação ao aparecimento dessa ocupação nessa área. Nós fizemos uma intimação... Localizamos o proprietário através de vários mecanismos jurídicos para que a gente pudesse ter certeza, efetivamente, do proprietário. Localizamos o proprietário, intimamos o proprietário, multamos o proprietário com relação a isso. Estamos realizando... eu estava no DGD lá, por isso que eu te falo com propriedade. Nós realizamos, semana retrasada, um sobrevoo. Estamos sobrepondo os sobrevoos e as ocupações. E o que a gente tem visto nesse momento, nesse último sobrevoo em relação ao anterior, não houve aumento de famílias ocupando, lá. Houve uma estabilização nesse número de famílias ocupando. Também pudemos observar, em duas vistorias, em dois sobrevoos, que a escolha da área foi uma escolha onde teve uma mata bastante rasteira. Não foi uma escolha... eles tinham, dentro dessa área que é grande, eles tinham uma área bastante densa. Eles optaram para fazer a ocupação em áreas bastante rasteiras. Então não houve um crime ambiental muito grande. Não houve um desmatamento muito grande. Não houve



supressão de grandes exemplares arbóreos, a princípio, na nossa primeira avaliação. Isso está sendo o fruto de um processo judicial junto ao proprietário da área. Depois eu posso te falar. Eu estava tentando ligar para o Evandro aqui, para falar sobre o DUP dessa área. Se tem DUP, se já foi aplicado algum valor nesse DUP, isso é área do DEPLAN. Eu não sei te informar. Mas eu estava tentando localizar o Evandro, para que ele pudesse me avisar, e te informar com relação a isso. O Damasceno acho que tem outra informação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina, eu recebi ontem, do vereador Natalini, um ofício para o CADES, fazendo várias solicitações da represa Guarapiranga, Estrada do M'Boi Mirim, dizendo que já mandou carta para o prefeito, para o governador, para a PROMOTORA do Meio Ambiente, já fez reuniões, e solicitando informações. Ontem, eu passei já, para as diretorias competentes, e assim que a gente tenha... aqui têm informações a mais que você necessita, eu passo uma cópia para você. Está bom? E a do Evandro, infelizmente, ele teve que subir para uma reunião, está no gabinete do Secretário. Por isso que ele não está atendendo o Persolli para lhe dar informação. Mas na próxima reunião, ou se você quiser, durante a semana, passar aqui, eu tenho o maior prazer de sentar com ele, com o Milton e com você, e dar as informações. Pode ser?

Cons. Cristina: Pode. Muito obrigada.

Orador não identificado: Damasceno...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Orador não identificado: Só para complementar, Cristina, nós trouxemos aqui o que já foi pago do Cordeiro. Isso aí é o que nós temos empenhado, lá. Do ano passado - R\$ 186.337,08, que corresponde àqueles valores, lá, outubro, novembro e dezembro. Isso é que foi feito o ano passado no Grupo Cordeiro, referente aos parques que estão abertos.

Cons. Cristina: O total é R\$ 332.761,00.

Orador não identificado: É. Incluindo 2014.

Cons. Cristina: Até junho.

Orador não identificado: De 2014.

Cons. Cristina: Até junho de 2014.

Orador não identificado: Isso. Esse aí é o que eu tenho para você até 31/12.

Cons. Cristina: Certo. Então nós temos um saldo aí, de 150? Perto de 150? O total era 337.

(fala sem microfone)

Orador não identificado: Falta a medição de dezembro de 2013, e você já tem a programação aí, já, do que vai ser 2014 nesse quadro, ou não? Ah, está no outro. Mas nós temos tudo isso.

Cons. Cristina: É possível passar isso por e-mail para a gente?

Orador não identificado: Pode, pode.

Cons. Cristina: Por favor.

Orador não identificado: A gente pega só o do...

Cristina: Quero. A aplicação desse dinheiro para 2014 também, por favor.

Orador não identificado: Dessa resolução que foi aprovada?

Cristina: Dessa do dia 2 de outubro. Obrigada.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu queria perguntar: Eu tinha mandado um e-mail, pedindo para mandar a apresentação antiga, do ano passado, por e-mail, para os Conselheiros. Desculpe, eu não tive tempo de verificar. Foi mandado, gente?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens, foi mandado?

Cons. Bianca: Não, não. Em janeiro, eu mandei um e-mail... lembra? Em janeiro eu mandei um e-mail com a apresentação antiga que eu fiz em 2013, para dar base para essa apresentação que eu ia fazer. Não mandaram?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ainda não foi mandado. Iremos providenciar.

Cons. Bianca: Eu queria perguntar para os Conselheiros se eles queriam as duas apresentações?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Seria importante já passar por transparência, as duas apresentações, que aí, não teria problema nenhum. Certo?



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Senhores conselheiros e conselheiras, agradeço a presença. Damos por encerrada a 87ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 31 de janeiro de 2014, às 11h25. Obrigado a todos.